

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA CSU CARDSYSTEM S.A.

19 DE ABRIL DE 2022

9:00 HORAS

Local:

Sede da Companhia

Rua Piauí, nº 136, Barueri/SP

Esta Proposta da Administração foi elaborada de acordo com a Instrução CVM 481/09, com o objetivo de prestar os esclarecimentos necessários a respeito de cada um dos itens a serem deliberados em Assembleia, para que, dessa forma, os Acionistas possam votar com informações claras e consistentes sobre temas do interesse da Companhia.

Ordem do Dia:

- a) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;
- b) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2021;
- c) Deliberar sobre o Orçamento de Capital para o ano de 2022;
- d) Fixar o número e eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia;
- e) Fixar a remuneração anual global dos Administradores da Companhia para o exercício 2022.

Encontram-se à disposição dos acionistas nos sites de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.csu.com.br>), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br), os documentos exigidos pela Instrução CVM 481/09. Os acionistas interessados em sanar dúvidas relativas aos itens acima, aqui detalhados, poderão contatar a área de Relações com Investidores, por meio do telefone (11) 2106-3700 ou via e-mail: ri@csu.com.br.

Sumário:

a. Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31/12/2021	3
b. Proposta de Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2021	3
c. Orçamento de Capital 2022	3
d. Número de membros do Conselho de Administração e Eleição	3
e. Remuneração dos Administradores da Companhia	4
f. Procedimentos para participação na Assembleia	5
g. Documentos necessários para Participação na Assembleia	5
h. Voto a Distância – Orientações para preenchimento e envio do Boletim de Voto	6
ANEXO I – Item 10 do Formulário de Referência	7
ANEXO II – 9-1-II da ICVM 481/09	27
ANEXO III – Itens 12.5/6 a 12.10 do Formulário de Referência	31
ANEXO IV – Item 13 do Formulário de Referência	35

a. Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31/12/2021

As Demonstrações Financeiras são uma importante ferramenta de análise da Companhia, uma vez que expressa sua situação econômico-financeira, sendo uma importante fonte de informação para que os Acionistas possam realizar um julgamento consistente sobre o desempenho da Companhia e guiar suas decisões. Por meio delas é possível fazer análises sobre a situação patrimonial, índices de liquidez, de lucratividade e de endividamento, permitindo uma visão estratégica e uma estimativa do futuro, sinalizando suas limitações e potencialidades.

As Demonstrações Financeiras são elaboradas pela Companhia, incluindo (i) Balanço Patrimonial, (ii) Demonstração do Resultado do Exercício, (iii) Demonstração dos Resultados Abrangentes, (iv) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, (v) Demonstração do Valor Adicionado, (vi) Demonstração do Fluxo de Caixa, (vii) Relatório da Administração/Comentários do Desempenho e (viii) Notas Explicativas. Tais informações, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal foram apresentados à CVM/B3 via sistema Empresas.NET e estão disponíveis no *website* de RI da Companhia (<https://ri.csu.com.br/resultados-e-arquivos-cvm/resultados/>).

Os Comentários dos Diretores, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, encontram-se no **[ANEXO I](#)**.

b. Proposta de Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2021

O lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/12/2021 foi de R\$ 60.493 mil, sendo que a administração da Companhia propõe a seguinte destinação:

- a) Constituição de Reserva Legal, no montante de R\$ 3.025 mil, conforme dispõe o Art. 193, da Lei das S.A.;
- b) Distribuição de proventos aos acionistas, no montante de R\$ 30.200 mil (juros sobre capital próprio de R\$ 14.000 mil já pagos e dividendos complementares de R\$16.200 mil), equivalentes a 50% do lucro líquido ajustado apurado no exercício, conforme valor mínimo obrigatório estipulado pela Lei 6.404/76;
- c) Constituição de Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R\$ 27.268 mil.

As informações previstas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09, estão disponíveis no **[ANEXO II](#)**.

c. Orçamento de Capital 2022

O orçamento de capital é composto pelo Plano de Investimentos da Companhia para 2022 e está estimado em R\$ 70.102 mil, a ser financiado por meio de geração de caixa próprio e com recursos de terceiros.

As informações previstas no artigo 196 da Lei 6404/76 e relativas ao Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09, estão disponíveis no **[ANEXO II](#)**.

d. Número de membros do Conselho de Administração e Eleição

Nos termos do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros, devendo a Assembleia Geral determinar, pelo voto majoritário, o número dos membros do Conselho a serem eleitos.

No mínimo, 20% (vinte por cento) dos Conselheiros deverão ser independentes, sendo que, se em decorrência da observância do percentual referido acima resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e serão expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger.

Também será(ão) considerado(s) como Conselheiro(s) Independente(s) aquele(s) eleito(s) mediante a faculdade prevista pelo artigo 141, parágrafos 4º e 5º da Lei nº 6.404/76.

A Companhia propõe a eleição de 05 (cinco) membros para composição do Conselho de Administração, cujos candidatos, 03 (três) dos quais devidamente avaliados e enquadrados como independentes, nos termos do Artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado da B3, detalhado abaixo:

Candidato	Cargo	Indicação
Marcos Ribeiro Leite	Conselheiro	Controlador
Antonio Kandir	Independente	Controlador
Antonio Martins Fadiga	Independente	Controlador
Rubens Antonio Barbosa	Independente	Controlador
Ricardo José Ribeiro Leite	Conselheiro	Controlador

Nos termos do Art. 10 da Instrução CVM nº 481/2009, a Companhia está fornecendo as informações indicadas no item 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, assim como a declaração de cada um dos candidatos a Conselheiro de que não está incurso em qualquer dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a atividade (Instrução CVM nº 367/2002), que se encontram disponíveis no anexo IV.

Fica consignado que há a possibilidade de os acionistas que detiverem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das ações ordinárias da Companhia, requererem a adoção do voto múltiplo, atribuindo-se a cada ação tantos votos quantos forem os assentos no Conselho de Administração, e reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários. Esta faculdade deverá ser solicitada pelos acionistas, por escrito à Companhia, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da Assembleia Geral.

Poderá ainda ser solicitada a votação em separado na Assembleia Geral para eleição de um membro do Conselho de Administração, excluído o acionista controlador, pelos acionistas que em conjunto ou individualmente detiverem, ao menos, 10% (dez por cento) do total das ações com direito a voto. Somente poderão exercer este direito os acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária exigida durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia Geral, conforme previsto no artigo 141 da Lei 6.404/76.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e Comitês, nos termos dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, estão disponíveis no [ANEXO III](#).

Conselho Fiscal

Tendo em vista que o funcionamento do Conselho Fiscal da Companhia não é de caráter permanente, seu mandato se encerra na Assembleia Geral da Companhia a ser realizada em 19 de abril de 2022, conforme disposto no §6º do artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações.

Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações, e ainda à Instrução CVM nº 324/2000, o Conselho Fiscal poderá ser instalado pela Assembleia Geral, caso haja pedido dos acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) das ações com direito a voto.

Caso instalado o Conselho Fiscal, de acordo com o §4º do artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações, acionistas minoritários que representem, separadamente ou em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações ordinárias, terão a oportunidade de eleger, em votação em separado, um membro efetivo e um membro suplente para o Conselho Fiscal da Companhia.

e. Remuneração dos Administradores da Companhia

A proposta da administração é de um valor anual global de até R\$ 16.147 mil, dos quais até R\$ 935 mil destinam-se aos honorários do Conselho de Administração, até R\$ 452 mil ao Conselho Fiscal e até R\$ 14.760 mil à remuneração da Diretoria Estatutária, incluída a remuneração por participação no Comitê de Auditoria a ser instalado, cujos valores foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração de 08/03/2022. A remuneração dos Administradores da Companhia proposta para deliberação da Assembleia é uma estimativa que considera o montante máximo que pode vir a ser pago aos executivos.

Informações sobre a composição da remuneração dos Administradores, nos termos do item 13 do Formulário de Referência, estão disponíveis no [ANEXO III](#).

f. Procedimentos para participação na Assembleia

Os Acionistas poderão participar da Assembleia (i) presencialmente, ou por meio de procurador devidamente constituído; ou (ii) por meio do boletim de voto a distância (“Boletim de Voto”), observadas as instruções constantes nele e na presente Proposta. **Com o propósito de garantir a segurança e o bem-estar dos seus empregados, colaboradores, acionistas e da comunidade em geral, a Companhia recomenda fortemente que os acionistas participem da Assembleia por meio do Boletim de Voto, evitando o comparecimento presencial.**

É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para que o represente na Assembleia e vote em seu nome. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 654 da Lei 10.406/02 (“Código Civil”), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos.

Vale destacar que (a) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no parágrafo 1º do artigo 126 Lei 6.404/76; e (b) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da sociedade, acionista ou advogado (cf. Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04/11/2014).

g. Documentos necessários para Participação na Assembleia

Os documentos abaixo indicados deverão ser apresentados à Companhia, e encaminhados aos cuidados do Departamento Jurídico, no seguinte endereço: Rua Piauí, nº 136, Bloco B, 3º andar, CEP 06440-182, Barueri/SP.

Acionista Pessoa Física: Deverão apresentar (a) documento de identidade (RG, CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular), e (b) comprovante atualizado da titularidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, expedido pelo agente escriturador e/ou pelo agente de custódia no período de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à data da Assembleia.

Acionista Pessoa Jurídica: O representante do Acionista Pessoa Jurídica deverá apresentar (a) cópia do contrato ou estatuto social em vigor e documentação societária que comprove os poderes de representação (eleição de administradores); (b) cópia do documento de identidade (RG, CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); e (c) comprovante atualizado da titularidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, expedido pelo agente escriturador e/ou pelo agente de custódia no período de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à data da Assembleia.

Fundos de Investimentos: A representação dos cotistas na Assembleia caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo deverá apresentar (a) cópia do último regulamento consolidado do fundo, do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme aplicável, e da documentação comprobatória de representação (ata de eleição dos diretores/administração); (b) cópia do documento de identidade (RG, CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); e (c) comprovante atualizado da titularidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, expedido pelo agente escriturador e/ou pelo agente de custódia no período de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à data da Assembleia.

Acionistas Estrangeiros: Deverão apresentar os mesmos documentos aplicáveis aos acionistas brasileiros, os quais deverão estar traduzidos para o português (dispensando-se a necessidade de tradução por tradutor público juramentado no Brasil). A tradução será dispensada para os documentos emitidos originalmente nos idiomas de língua portuguesa, inglesa ou espanhola.

h. Voto a Distância – Orientações para preenchimento e envio do Boletim de Voto

Conforme previsto no artigo 21-A e seguintes da Instrução CVM 481/09, os acionistas também poderão exercer seu voto na Assembleia por meio de voto a distância, a ser formalizado pelo documento eletrônico denominado Boletim de Voto, disponibilizado pela Companhia em sua página de Relações com Investidores (<https://ri.csu.com.br>), na página da CVM (www.gov.br/cvm) e na página da B3 (www.b3.com.br). Para que o Boletim de Voto seja considerado válido e os votos nele proferidos sejam contabilizados nos quóruns da Assembleia:

Todos os campos deverão ser devidamente preenchidos – incluindo nome ou denominação social completa e o número do Cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF);

Todas as suas páginas deverão ser rubricadas pelo acionista (ou por seu representante legal, conforme o caso);

Ao final, o acionista (ou o seu representante legal, conforme o caso) deverá assiná-lo, não sendo exigido o reconhecimento das firmas ou consularização do Boletim de Voto; e

Envio das orientações de voto e demais documentos, quando aplicável, em até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, conforme disposto no artigo 21-B da Instrução CVM 481/09, sendo que aqueles recebidos após este prazo poderão ser desconsiderados (salvo se prazo diverso for estabelecido).

O Acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância, poderá entregar o Boletim de Voto:

Diretamente à Companhia: Via original do Boletim de Voto devidamente preenchido, rubricado e assinado, acompanhado de cópia autenticada da via original dos documentos indicados acima, conforme aplicáveis, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1306, Térreo, CEP 01451-914, São Paulo/SP, e-mail: ri@csu.com.br. Nos termos da regulamentação vigente, a Companhia comunicará ao Acionista, em até 3 (três) dias, caso os documentos recebidos não sejam suficientes para que o voto seja considerado válido e os procedimentos e prazos para eventual retificação e reenvio, caso necessário.

Por intermédio de seu Agente de Custódia: O acionista deverá observar as regras por ele determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3. Para tanto, os Acionistas deverão entrar em contato com os agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim de Voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal finalidade. Conforme determinado pela Instrução CVM 481/09, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos Acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ. Acionistas com ações custodiadas em mais de uma instituição (exemplo: parte da posição está custodiada nos livros do escriturador das ações da Companhia e outra parte com um agente de custódia, ou ações custodiadas em mais de um agente de custódia) devem enviar a instrução de voto para apenas uma instituição, e o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações do Acionista.

Por meio do Banco Escriturador da Companhia: O agente escriturador da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., disponibiliza uma solução segura onde é possível realizar o voto a distância. Para votar pelo site Itaú Assembleia Digital é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Acesse: <https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/home/assembleia-digital>. Em caso de dúvidas, utilize os telefones: 3003-9285 (capitais) ou 0800-720-9285 (demais localidades).

Ressalvada a exceção prevista na Instrução CVM 481/09, caso haja divergência entre eventual Boletim de Voto recebido diretamente pela Companhia e a instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo escriturador com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto contida no mapa de votação prevalecerá, devendo o Boletim recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado.

Durante o prazo de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada. Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas.

As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria simples de votos dos Acionistas presentes à reunião, não se computando os votos em branco.

ANEXO I – Item 10 do Formulário de Referência

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócio, de forma a atingir plenamente seus objetivos, cumprindo com suas obrigações de curto e médio prazos.

b) Estrutura de capital

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de						
Em (milhares R\$)	31/12/2021	(%)	31/12/2020	(%)	31/12/2019	(%)
Capital próprio (a)	342.831	94,3%	292.275	85,5%	257.266	74,3%
Endividamento* de curto prazo	39.278		39.556		35.645	
Endividamento* de longo prazo	64.816		93.611		81.933	
Disponibilidades	(83.292)		(83.760)		(28.542)	
Dívida líquida (b)	20.802	5,7%	49.407	14,5%	89.036	25,7%
Capital total (a+b)	363.633	100,0%	341.682	100,0%	346.302	100,0%

* Empréstimos e financiamentos + Passivos de arrendamento (Variação decorrente da adoção do IFRS 16 - CPC 06 R2).

i. hipóteses de resgate

A Administração não planeja realizar resgates no curto prazo com o objetivo de alterar a estrutura de capital da Companhia.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia acredita apresentar liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir investimentos, despesas, dívidas e outros compromissos no horizonte dos próximos anos, levando-se em consideração (i) o perfil global de seu endividamento; (ii) o fluxo de caixa gerado pelas operações; (iii) sua posição de liquidez; (iv) a manutenção das condições econômico-financeiras gerais e o ambiente de negócios atuais. Em adição, a administração da CSU acredita ter plena capacidade de contratação de novas operações de empréstimo, caso entenda necessário, para financiar novos investimentos ou aquisições.

Em (milhares R\$)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Dívida líquida (a)	20.802	49.407	89.036
Capital total (b)	363.633	341.682	346.302
Índice de alavancagem financeira (a/b)	5,7%	14,5%	25,7%

Conforme tabela acima, a dívida líquida da Companhia ao final dos últimos 3 anos foi de R\$ 20,8 milhões em 2021, R\$ 49,4 milhões em 2020 e R\$ 89,0 milhões em 2019, sendo 5,7%, 14,5% e 25,7% de índice de alavancagem financeira, respectivamente.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia capta, quando necessário, recursos de terceiros por meio de contratos financeiros. Esses recursos são empregados no financiamento de necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazos, sendo empregados também na manutenção do perfil da dívida em patamares que a Companhia julgue adequados, além de manter as disponibilidades de caixa em níveis apropriados para suportar o desempenho de suas atividades.

Os empréstimos são contratados junto aos principais bancos do mercado financeiro brasileiro, alguns dos quais constantes de nossa carteira de clientes. Usualmente, os financiamentos se dão através de operações de arrendamentos e empréstimos, com prazos mínimos de 36 meses, sendo normalmente praticados prazos de 60 meses. Essas operações são em sua maioria indexadas ao CDI, possuindo opção de liquidação antecipada.

A composição do endividamento no fechamento deste exercício e nos períodos abaixo identificados encontram-se no quadro abaixo:

Posição em 31 de dezembro de	2021	2020	2019
Empréstimos e financiamentos (curto e longo prazos)	30.863	45.634	32.142
Passivos de arrendamento (curto e longo prazos)	73.231	87.533	85.436
Total	104.094	133.167	117.578

Na data deste relatório, acreditamos que nossas fontes tradicionais de financiamento são suficientes para atender às eventuais necessidades de capital de giro e para manutenção dos investimentos, incluindo (1) continuar o pleno desenvolvimento e adequações normativas de nosso principal software de processamento, (2) desenvolver novos produtos e soluções de processamento para o mercado de meios eletrônicos de pagamento, (3) investimentos em infraestrutura operacional de *contact center*, (4) ampliar o escopo de atuação da Companhia, com o investimento e desenvolvimento de novas frentes de negócios, e (5) efetuar outros gastos de capital previstos. Nosso acesso a fontes de liquidez não tem sofrido impacto restritivo significativo do ambiente atual de crédito e não esperamos que esse tipo de impacto ocorra em futuro próximo, mesmo à luz da pandemia e das turbulências econômicas e políticas recentemente observadas no Brasil.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia entende que não apresentará deficiências de liquidez no curto prazo. No entanto, caso necessite, a Companhia dispõe de limites contratados disponíveis de curto prazo de R\$ 28,0 milhões que podem ser utilizados a qualquer momento pela administração.

A Companhia capta, quando necessário, recursos de terceiros por meio de contratos financeiros. Esses recursos são empregados no financiamento de necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazos, sendo empregados também na manutenção do perfil da dívida em patamares que a Companhia julgue adequados, além de manter as disponibilidades de caixa em níveis apropriados para suportar o desempenho de suas atividades.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O quadro a seguir descreve a composição do endividamento ao final dos últimos 3 exercícios sociais (R\$ Mil):

	2021	2020	2019
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos (i)	14.463	14.706	7.160
Passivos de arrendamento (ii)	24.815	24.850	28.485
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos (i)	16.400	30.928	24.982
Passivos de arrendamento (ii)	48.416	62.683	56.951
Total	104.094	133.167	117.578

(i) as operações estão indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com spread de 1,80% a 4,12% ao ano (2020 - 1,80% a 4,12% ao ano, 2019 - 1,33% a 3,31% ao ano). O vencimento dos contratos de empréstimos e financiamentos firmados até 31 de dezembro de 2021 ocorrerá até 20 de abril de 2025.

(ii) as taxas de juros dos contratos de arrendamentos variam entre 4,17% e 8,17% ao ano (2020 - 3,50% e 6,17% ao ano). Para os contratos de arrendamento existentes até 31 de dezembro de 2021, a liquidação é estimada para até 30 de abril de 2028.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O vencimento dos contratos de empréstimos e financiamentos firmados até 31 de dezembro de 2021 ocorrerá até 20 de abril de 2025.

Para os contratos de arrendamento mercantil existentes até 31 de dezembro de 2021, a liquidação é estimada para até 31 de dezembro de 2026.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui os seguintes contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

Credor	Banco do Brasil S.A	Banco do Brasil S.A	Banco Bradesco S.A	Banco Banestes S.A
Data da contratação	16/04/2020	27/07/2017	10/08/2018	03/08/2018
Taxa ao ano	4,12%	1,93%	1,80%	1,90%
Valor de face	20.000.000,00	20.000.000,00	13.000.000,00	7.133.350,58
Vencimento	Abril de 2025	Julho de 2022	Agosto de 2023	Agosto de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2021

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui outros contratos de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Todas as linhas de crédito e financiamentos são dívidas sem garantias reais e concorrem *pari passu* com os outros débitos da Companhia, nos termos da legislação falimentar brasileira.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Para dois contratos de financiamento, com saldo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 19.830 (31 de dezembro de 2020 - um contrato, com saldo no montante de R\$ 28.366), a Companhia está sujeita a (i) manutenção de índice de dívida líquida dividida pelo EBITDA (LAJIDA) pelo menos 3,1 vezes menor e de (ii) índice de EBITDA (LAJIDA) dividido pela despesa financeira pelo menos 1,9 vez maior, que, caso não cumpridos, podem ensejar em liquidação antecipada da dívida. Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia encontrava-se adimplente em relação a esses *covenants*. As restrições a que a Companhia está submetida nestes contratos estão listadas no quadro abaixo:

Indicador	Limite	Posição em 31/12/2021	Posição em 31/12/2020	Posição em 31/12/2019
Dívida Líquida/ EBITDA	< 3,1	0,14	0,38	0,87
EBITDA/Despesa Financeira	> 1,9	14,45	13,28	8,06

Outras restrições ficam vinculadas às previstas na legislação vigente. Até a data de referência deste relatório, a Companhia apresentava-se totalmente adimplente com as restrições aqui observadas.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia apresenta limites contratados disponíveis de R\$ 50 milhões.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da CSU consolidam os resultados de duas Unidades de Negócio: a CSU.CardSystem, que prevê soluções tecnológicas de última geração para meios de pagamento, consolidando, ainda, os resultados da MarketSystem (soluções de fidelização e incentivo de clientes) e a CSU.Contact, especializada em *customer experience* e relacionamento com clientes.

Abaixo a Companhia demonstra a análise vertical e horizontal de suas Demonstrações do Resultado e do Balanço Patrimonial bem como os comentários das principais variações observadas em cada exercício social.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Demonstração dos resultados

Em milhares de reais, exceto o lucro por ação, apresentado em Reais

	31/12/2021	AV (%)	31/12/2020	AV (%)	Variação %
Receita líquida de prestação de serviços	514.049	100,00%	456.850	100,00%	12,5%
Custo dos serviços prestados	-348.030	-67,70%	-321.085	-70,30%	8,4%
Lucro bruto	166.019	32,30%	135.765	29,70%	22,3%
Despesas operacionais					
Com vendas	-2.543	-0,50%	-1.160	-0,30%	119,2%
Gerais e administrativas	-76.595	-14,90%	-68.340	-15,00%	12,1%
Outros resultados operacionais	4.678	0,90%	4.585	1,00%	2,0%
	-74.460	-14,50%	-64.915	-14,20%	14,7%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	91.559	17,80%	70.850	15,50%	29,2%
Receitas financeiras	4.505	0,90%	4.373	1,00%	3,0%
Despesas financeiras	-10.482	-2,00%	-9.849	-2,20%	6,4%
	-5.977	-1,20%	-5.476	-1,20%	9,1%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	85.582	16,60%	65.374	14,30%	30,9%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	-26.937	-5,20%	-19.654	-4,30%	37,1%
Diferido	1.848	0,40%	1.061	0,20%	74,2%
	-25.089	-4,90%	-18.593	-4,10%	34,9%
Lucro líquido do exercício	60.493	11,80%	46.781	10,20%	29,3%

Receita Líquida. Em 2021, totalizou recorde de R\$ 514,0 milhões (+12,5% vs. 2020) ante R\$ 456,8 milhões em 2020, aumento de R\$ 57,2 milhões, sendo crescimento R\$ 24,8 milhões na unidade CSU.CardSystem e de R\$ 32,4 milhões na unidade CSU.Contact. Na CSU.CardSystem, totalizou R\$ 254,5 milhões em 2021 (+10,8% vs. 2020) ante R\$ 229,7 milhões em 2020, aumento de R\$ 24,8 milhões, com receitas atreladas a serviços digitais recordes de R\$ 212,1 milhões (+13,4% vs. 2020) ante R\$ 187,1 milhões em 2020, representando 83,4% do total (+1,9 p.p. vs. 2020), contra 81,5% em 2020. Na CSU.Contact, totalizou em 2021 recorde de R\$ 259,6 milhões (+14,3% vs. 2020) ante R\$ 227,2 milhões em 2020, aumento de R\$ 32,4 milhões. O crescimento é decorrente da expansão dos contratos com clientes da nova economia.

Custos dos Serviços Prestados. No ano de 2021 totalizaram R\$ 348,0 milhões (+8,4% vs. 2020) ante R\$ 321,1 milhões em 2020, aumento de R\$ 26,9 milhões, sendo crescimento de R\$ 2,1 milhões na unidade CSU.CardSystem e de R\$ 24,8 milhões na unidade CSU.Contact. Na CSU.CardSystem, totalizaram em 2021 R\$ 131,4 milhões (+1,6% vs. 2020) ante R\$ 129,3 milhões em 2020, aumento de R\$ 2,1 milhões. Na CSU.Contact, em 2021 totalizaram R\$ 216,6 milhões (+12,9% vs. 2020) ante R\$ 191,7 milhões em 2020, aumento de R\$ 24,8 milhões.

Lucro Bruto. Em 2021 totalizou recorde de R\$ 166,0 milhões (+22,3% vs. 2020) ante R\$ 135,7 milhões em 2020, aumento de R\$ 30,3 milhões, sendo crescimento de R\$ 22,7 milhões na unidade CSU.CardSystem e de R\$ 7,6 milhões na unidade CSU.Contact. A margem bruta atingiu recorde de 32,3% em 2021 (+2,6 p.p. vs. 2020) ante 29,7% em 2020. Na CSU.CardSystem totalizou em 2021 recorde de R\$ 123,0 milhões (+22,6% vs. 2020), 74% do total, ante R\$ 100,3 milhões em 2020, aumento de R\$ 22,7 milhões. O crescimento é explicado pela evolução do uso de serviços digitais com maiores margens, substituindo serviços analógicos, como envio de faturas físicas, com baixas margens. A margem bruta atingiu em 2021 recorde de 48,3% (+4,6 p.p. vs. 2020) ante 43,7% em 2020. Na CSU.Contact, em 2021 totalizou recorde de R\$ 43,0 milhões (+21,3% vs. 2020), 26% do total, ante R\$ 35,4 milhões em 2020, aumento de R\$ 7,6 milhões

em virtude da expansão dos contratos com clientes da nova economia. A margem bruta em 2021 atingiu recorde de 16,6% (+1,0 p.p. vs. 2020) ante 15,6% em 2020.

Despesas com vendas, gerais e administrativas ("SG&A"). No ano de 2021 totalizou R\$ 79,1 milhões (+13,9% vs. 2020) ante R\$ 69,5 milhões em 2020, aumento de R\$ 9,6 milhões, sendo aumento de R\$ 1,4 milhões nas despesas comerciais, R\$ 8,1 milhões nas gerais e administrativas e de R\$ 0,1 milhão na D&A.

Outras receitas/despesas operacionais. Em 2021 totalizou R\$ 4,7 milhões (+2,0% vs. 2020) ante R\$ 4,6 milhões em 2020, aumento de R\$ 0,1 milhão.

Resultado Financeiro. Em 2021 totalizou R\$ 6,0 milhões negativos (-9,1% vs. 2020) ante R\$ 5,5 milhões negativos em 2020, queda de R\$ 0,5 milhão, com aumento de R\$ 0,1 milhão nas receitas financeiras e aumento de R\$ 0,6 milhão nas despesas financeiras.

Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro ("LAIR"). Em 2021 totalizou recorde de R\$ 85,6 milhões (+30,9% vs. 2020) ante R\$ 65,4 milhões em 2020, aumento de R\$ 20,2 milhões.

Lucro Líquido. Em 2021 totalizou recorde de R\$ 60,5 milhões (+29,3% vs. 2020) ante R\$ 46,8 milhões em 2020, aumento de R\$ 13,7 milhões.

Demonstração dos resultados

Em milhares de reais, exceto o lucro por ação, apresentado em Reais

	<u>31/12/2020</u>	<u>AV (%)</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>AV (%)</u>	<u>Varição (%)</u>
Receita líquida de prestação de serviços	456.850	100,0%	423.820	100,0%	7,8%
Custo dos serviços prestados	(321.085)	-70,3%	(314.555)	-74,2%	2,1%
Lucro bruto	135.765	29,7%	109.265	25,8%	24,3%
Despesas operacionais					
Com vendas	(1.160)	-0,3%	(1.390)	-0,3%	-16,5%
Gerais e administrativas	(68.340)	-15,0%	(67.429)	-15,9%	1,4%
Outras Receitas Operacionais	4.585	1,0%	4.623	1,1%	-0,8%
	(64.915)	-14,2%	(64.196)	-15,1%	1,1%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	70.850	15,5%	45.069	10,6%	57,2%
Receitas financeiras	4.373	1,0%	1.780	0,4%	145,7%
Despesas financeiras	(9.849)	-2,2%	(12.762)	-3,0%	-22,8%
	(5.476)	-1,2%	(10.982)	-2,6%	-50,1%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	65.374	14,3%	34.087	8,0%	91,8%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(19.654)	-4,3%	(7.654)	-1,8%	156,8%
Diferido	1.061	0,2%	399	0,1%	165,9%
	(18.593)	-4,1%	(7.255)	-1,7%	156,3%
Lucro líquido do exercício	46.781	10,2%	26.832	6,3%	74,3%

Receita Líquida. A Receita líquida em 2020 totalizou R\$ 456,9 milhões (+7,8% vs. 2019) ante R\$ 423,8 milhões em 2019, aumento de R\$ 33,1 milhões, sendo crescimento de R\$ 12,8 milhões na Unidade CSU.CardSystem e de R\$ 20,3 milhões na Unidade CSU.Contact. Na CSU.CardSystem atingiu R\$ 229,7 milhões em 2020 (+5,9 vs. 2019) ante R\$ 216,9 milhões em 2019, aumento de R\$ 12,8 milhões, relacionado à expansão das operações tanto na plataforma de emissores quanto na de adquirência. Na CSU.Contact atingiu R\$ 227,2 milhões em 2020 (+9,8% vs. 2019) ante R\$ 206,9 milhões em 2019, aumento de R\$ 20,3 milhões, principalmente relacionado à clientes conquistados nos últimos 2 anos.

Custos dos Serviços Prestados. Em 2020 totalizaram R\$ 321,1 milhões (+2,1% vs. 2019) ante R\$ 314,6 milhões em 2019, aumento de R\$ 6,5 milhões, sendo retração de R\$ 5,0 milhões na Unidade CSU.CardSystem e aumento de R\$ 11,5 milhões na Unidade CSU.Contact. Na CSU.CardSystem totalizaram em 2020 R\$ 129,3 milhões (-3,7% vs. 2019) ante R\$ 134,3 milhões em 2019, redução de R\$ 5,0 milhões. Na CSU.Contact totalizaram em 2020 R\$ 191,7 milhões (+6,4% vs. 2019) ante R\$ 180,3 milhões em 2019, aumento de R\$ 11,4 milhões.

Lucro Bruto. Alcançou em 2020 R\$ 135,8 milhões (+24,3% vs. 2019) ante R\$ 109,3 milhões em 2019, aumento de R\$ 26,5 milhões, sendo crescimento de R\$ 17,7 milhões na Unidade CSU.CardSystem e de R\$ 8,8 milhões na Unidade CSU.Contact. A margem bruta atingiu recorde de 29,7% em 2020 (+3,9 p.p. vs. 2019) ante 25,8% em 2019. Na CSU.CardSystem, atingiu R\$ 100,3 milhões em 2020 (+21,5% vs. 2019) ante R\$ 82,6 milhões em 2019, aumento de R\$ 17,7 milhões. A Margem Bruta registrou evolução em 2020 para 43,7% (+5,6 p.p. vs. 2019) ante 38,1% em 2019. Na CSU.Contact, o lucro bruto atingiu forte expansão para o recorde de R\$ 35,4 milhões em 2020 (+32,9% vs. 2019) ante R\$ 26,7 milhões em 2019, aumento de R\$ 8,7 milhões, decorrente da captura de eficiência na operação. A Margem Bruta registrou atingiu recorde de 15,6% em 2020 (+2,7 p.p. vs. 2019) ante 12,9% em 2019. Houve expansão das operações nos clientes e uso de tecnologias, tornando as operações mais rentáveis.

Despesas com vendas, gerais e administrativas ("SG&A"). Em 2020, as despesas SG&A, incluindo depreciação e amortização ("D&A") atingiram R\$ 69,5 milhões (+1,0% vs. 2019) ante R\$ 68,8 milhões em 2019, aumento de R\$ 0,7 milhão, sendo aumento de R\$ 1,4 milhão na D&A e redução de R\$ 0,5 milhão nas gerais e administrativas e R\$ 0,2 milhão nas comerciais.

Outras receitas/despesas operacionais. Em 2020 totalizou R\$ 4,6 milhões (estável vs. 2019) ante R\$ 4,6 milhões em 2019.

Resultado Financeiro. Em 2020 totalizou R\$ 5,5 milhões negativos (-50,1% vs. 2019) ante R\$ 11,0 milhões negativos em 2019, redução de R\$ 5,5 milhões, com aumento de R\$ 2,6 milhões na receita financeira e redução de R\$ 2,9 milhões nas despesas financeiras.

Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro ("LAIR"). Em 2020 totalizou recorde de R\$ 65,4 milhões (+91,8% vs. 2019) ante R\$ 34,1 milhões em 2019, aumento de R\$ 31,3 milhões.

Lucro Líquido. Em 2020, atingiu recorde de R\$ 46,8 milhões (+74,3% vs. 2019) ante R\$ 26,8 milhões em 2019, aumento de R\$ 20,0 milhões.

Balço patrimonial

Em milhares de reais

Ativo	31/12/2021	AV (%)	31/12/2020	AV (%)	Varição (%)
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	83.292	14,6%	83.760	15,5%	-0,6%
Contas a receber de clientes	67.602	11,9%	59.192	11,0%	14,2%
Estoques	2.971	0,5%	2.512	0,5%	18,3%
Tributos a compensar	3.378	0,6%	8.319	1,5%	-59,4%
Outros	9.322	1,6%	7.571	1,4%	23,1%
	166.565	29,3%	161.354	29,9%	3,2%
Não circulante					
Depósitos judiciais	6.996	1,2%	7.794	1,4%	-10,2%
Tributos a compensar	4.718	0,8%	4.588	0,8%	2,8%
Outros	974	0,2%	1.841	0,3%	-47,1%
	12.688	2,2%	14.223	2,6%	-10,8%
Investimentos	25.946	4,6%	-	0,0%	-
Imobilizado	18.502	3,2%	23.183	4,3%	-20,2%
Intangível	262.447	46,1%	241.752	44,8%	8,6%
Ativos de direito de uso	83.218	14,6%	99.272	18,4%	-16,2%
	390.113	68,5%	364.207	67,5%	7,1%
	402.801	70,7%	378.430	70,1%	6,4%
Total do ativo	569.366	100,0%	539.784	100,0%	5,5%

Passivo	31/12/2021	AV (%)	31/12/2020	AV (%)	Varição (%)
Circulante					
Fornecedores	32.125	5,6%	36.708	6,8%	-12,5%
Empréstimos e financiamentos	14.463	2,5%	14.706	2,7%	-1,7%
Passivos de arrendamentos	24.815	4,4%	24.850	4,6%	-0,1%
Obrigações sociais e trabalhistas	47.936	8,4%	44.458	8,2%	7,8%
Tributos a recolher	5.146	0,9%	3.384	0,6%	52,1%
Dividendos e juros sobre o capital próprio	12.414	2,2%	10.803	2,0%	14,9%
Outros	5.333	0,9%	4.559	0,8%	17,0%
	142.232	25,0%	139.468	25,8%	2,0%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16.400	2,9%	30.928	5,7%	-47,0%
Passivos de arrendamentos	48.416	8,5%	62.683	11,6%	-22,8%
Passivos judiciais	8.416	1,5%	7.316	1,4%	15,0%
Tributos a recolher	903	0,2%	335	0,1%	169,6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.168	1,8%	6.779	1,3%	50,0%
	84.303	14,8%	108.041	20,0%	-22,0%
Patrimônio líquido					
Capital social	169.232	29,7%	169.232	31,4%	0,0%
Reserva de capital	2.037	0,4%	1.491	0,3%	36,6%
Reservas de lucros	174.702	30,7%	124.410	23,0%	40,4%
Ações em tesouraria	(3.140)	-0,6%	(2.858)	-0,5%	9,9%
	342.831	60,2%	292.275	54,1%	17,3%
Total do passivo e patrimônio líquido	569.366	100,0%	539.784	100,0%	5,5%

Caixa e Equivalentes de Caixa. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários à vista e por aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa com os próprios emissores, que são instituições financeiras de primeira linha e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possuía aplicações financeiras superiores a 90 dias. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo totalizou R\$ 83,3 milhões (-0,6% vs. 2020) contra R\$ 83,8 milhões no mesmo período do ano anterior, sem variação relevante.

Contas a Receber de Clientes (circulante e não circulante). As contas a receber de clientes correspondem a valores derivados da prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de contas a receber de clientes totalizou R\$ 67,6 milhões (+14,2% vs. 2020), ante R\$ 59,2 milhões no ano anterior. A variação está principalmente relacionada ao aumento do prazo médio de recebimento com clientes da base.

Estoques. Os estoques da Companhia compreendem materiais aplicados na prestação de serviços e são avaliados pelo custo ou valor líquido realizável, dos dois, o menor. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha em estoque o saldo de R\$ 3,0 milhões (+18,3% vs. 2020) ante R\$ 2,5 milhões no ano anterior decorrente do maior estoque de cartões-pulseiras (*wearables*) de um cliente da base.

Imposto de renda, contribuição social e demais tributos (a compensar e a recolher). Em 31 de dezembro de 2021 o saldo no ativo circulante e não circulante totalizou R\$ 3,4 milhões, uma redução de 59% em relação a 2020 decorrente de compensações efetuadas naquele período relativas a imposto de renda principalmente.

Tributos diferidos (Ativo e Passivo). Em 31 de dezembro de 2021, os créditos fiscais diferidos ativos totalizaram R\$ 14,3 milhões, um aumento de 10% decorrente principalmente pela constituição de provisões efetuadas em 2021. Os débitos fiscais diferidos totalizaram R\$ 24,5 milhões, aumento de 23% explicado pelo valor justo – investimentos.

Depósitos judiciais. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo dos depósitos judiciais totalizou R\$ 7,0 milhões, uma redução de 10% em relação a 2020.

Ativo Imobilizado. As variações ocorridas em 2021 representaram uma redução de R\$ 4,7 milhões, sendo a aquisição de equipamentos, benfeitorias, computadores/periféricos e outros ativos de R\$ 3,4 milhões e depreciação de todos as classes de ativos de R\$ 8,1 milhões.

Ativo Intangível. As variações ocorridas em 2021 representaram um aumento de R\$ 20,7 milhões devido a aquisição, principalmente, de sistemas e do software *VisionPlus*, de R\$ 46,2 milhões e amortização de R\$ 25,5 milhões, basicamente nesses mesmos ativos.

Direito de uso. O saldo de direito de uso em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 83,2 milhões líquidos de amortização, uma redução de R\$16,0 milhões, devido a variação positiva de adições em R\$ 4,1 milhões, e a redução de R\$ 24,7 milhões decorrente de menor remensuração em relação a 2020.

Empréstimos e Financiamentos e Passivos de Arrendamento. O total do endividamento financeiro, apresentado no passivo circulante e não circulante ao final de 2021, alcançou o montante de R\$ 104,1 milhões, representando uma redução de 22% quando comparado ao montante registrado em dezembro de 2020. Essa variação é decorrente principalmente da captação de um empréstimo de R\$ 20,0 milhões em 2020.

Obrigações sociais e trabalhistas. Os saldos de salários a pagar e encargos sociais a recolher em 31 de dezembro de 2021 somaram R\$ 47,9 milhões, um aumento de 8% em relação ao ano anterior.

Dividendos e juros sobre o capital próprio. Em 2021 a Companhia distribuiu Juros Sobre o Capital Próprio (JCP) relativo ao exercício no valor de R\$ 14,0 milhões, a serem imputados como dividendos obrigatórios, nos termos desta Proposta da Administração. Adicionalmente, a Companhia submeteu à Assembleia Geral a aprovação de dividendos complementares no valor de R\$ 16,2 milhões.

Passivos judiciais. O saldo de Provisões para passivos judiciais totalizou R\$ 8,4 milhões em 2021, um aumento de 15% decorrente principalmente de reversões que totalizaram R\$ 3,0 milhões em 2020.

Patrimônio líquido. O aumento de R\$ 50,6 milhões no saldo do patrimônio líquido no exercício de 2021 é resultado da variação de reserva de lucros no período, que em 2020 foi utilizado R\$ 40 milhões para aumento de capital social.

Capital Social. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é composto por 41,8 milhões de ações ordinárias, sem valor nominal monta em R\$ 169,2 milhões, em linha com o ano anterior.

Reservas de lucro. A variação no saldo de reservas de lucro ocorrida no ano de 2021 no valor de R\$ 50,6 milhões é explicado principalmente pela utilização de R\$ 40 milhões em 2020 para aumento de capital social.

Ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2021, estavam mantidas em tesouraria 661 mil (691 mil em 31 de dezembro de 2020), redução de 30 mil ações de emissão da Companhia.

Balço patrimonial

Em milhares de reais

Ativo	31/12/2020	AV (%)	31/12/2019	AV (%)	Variação (%)
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	83.760	15,5%	28.542	5,8%	193,5%
Contas a receber de clientes	59.192	11,0%	82.764	16,7%	-28,5%
Estoques	2.512	0,5%	2.405	0,5%	4,4%
Tributos a compensar	8.319	1,5%	13.943	2,8%	-40,3%
Outros	7.571	1,4%	5.859	1,2%	29,2%
	161.354	29,9%	133.513	26,9%	20,9%
Não circulante					
Depósitos judiciais	7.794	1,4%	10.001	2,0%	-22,1%
Tributos a compensar	4.588	0,8%	4.479	0,9%	2,4%
Outros	1.841	0,3%	865	0,2%	112,8%
	14.223	2,6%	15.345	3,1%	-7,3%
Imobilizado	23.183	4,3%	22.284	4,5%	4,0%
Intangível	241.752	44,8%	227.383	45,9%	6,3%
Ativos de direito de uso	99.272	18,4%	97.181	19,6%	2,2%
	364.207	67,5%	346.848	70,0%	5,0%
	378.430	70,1%	362.193	73,1%	4,5%
Total do ativo	539.784	100,0%	495.706	100,0%	8,9%

Balanço patrimonial

Em milhares de reais

Passivo	31/12/2020	AV (%)	31/12/2019	AV (%)	Varição (%)
Circulante					
Fornecedores	36.708	6,8%	50.529	10,2%	-27,4%
Empréstimos e financiamentos	14.706	2,7%	7.160	1,4%	105,4%
Passivos de arrendamentos	24.850	4,6%	28.485	5,7%	-12,8%
Obrigações sociais e trabalhistas	44.458	8,2%	35.690	7,2%	24,6%
Tributos a recolher	3.384	0,6%	4.953	1,0%	-31,7%
Dividendos e juros sobre o capital próprio	10.803	2,0%	9.065	1,8%	19,2%
Outros	4.559	0,8%	3.876	0,8%	17,6%
	139.468	25,8%	139.758	28,2%	-0,2%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	30.928	5,7%	24.982	5,0%	23,8%
Passivos de arrendamentos	62.683	11,6%	56.951	11,5%	10,1%
Passivos judiciais	7.316	1,4%	8.574	1,7%	-14,7%
Tributos a recolher	335	0,1%	335	0,1%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.779	1,3%	7.840	1,6%	-13,5%
	108.041	20,0%	98.682	19,9%	9,5%
Patrimônio líquido					
Capital social	169.232	31,4%	129.232	26,1%	31,0%
Reserva de capital	1.491	0,3%	833	0,2%	79,0%
Reservas de lucros	124.410	23,0%	130.129	26,3%	-4,4%
Ações em tesouraria	(2.858)	-0,5%	(2.928)	-0,6%	-2,4%
	292.275	54,1%	257.266	51,9%	13,6%
Total do passivo e patrimônio líquido	539.784	100,0%	495.706	100,0%	8,9%

Caixa e Equivalentes de Caixa. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários à vista e por aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa com os próprios emissores, que são instituições financeiras de primeira linha e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não possuía aplicações financeiras superiores a 90 dias. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo totalizou R\$ 83,7 milhões, um aumento de 194% e relação ao saldo de 2019. Esse aumento decorre dos resultados operacionais obtidos pela Companhia e a captação de um empréstimo de R\$ 20,0 milhões.

Contas a Receber de Clientes – circulante e não circulante. As contas a receber de clientes correspondem a valores derivados da prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de contas a receber de clientes, apresentado no ativo circulante e não circulante, totalizou R\$ 59,2 milhões, uma redução de 28,5% em relação a 2019. Essa redução é decorrente da eliminação de pendências de recebimento pontuais que estavam registradas em Dez/19 e que foram regularizadas no início de 2020.

Estoques. Os estoques da Companhia compreendem materiais aplicados na prestação de serviços e são avaliados pelo custo ou valor líquido realizável, dos dois, o menor. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha em estoque o saldo de R\$ 2,5 milhões em linha com o saldo de 2019.

Imposto de renda, contribuição social e demais tributos - a compensar e a recolher. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo no ativo circulante e não circulante totalizou R\$ 8,3 milhões, uma redução de 40% em relação a 2019 decorrente de compensações efetuadas no período relativas a imposto de renda, contribuição social e PIS e COFINS.

Tributos diferidos - Ativo e Passivo. Em 31 de dezembro de 2020, os créditos fiscais diferidos ativos totalizaram R\$ 13,1 milhões, um aumento de 8% decorrente principalmente pela constituição de provisões efetuadas em 2020. Os débitos fiscais diferidos totalizaram R\$ 19,8 em linha com o ano anterior.

Depósitos judiciais. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo dos depósitos judiciais totalizou R\$ 7,8 milhões, uma redução de 22% em relação a 2019. Essa redução é um reflexo da estratégia adotada desde janeiro/2018 em substituir os depósitos recursais em espécie por seguro garantia.

Ativos Imobilizado e Intangível. As variações ocorridas em 2020 nos grupos de contas de imobilizado e intangível são resultado dos investimentos efetuados em 2020 no montante de R\$ 51,7 milhões e a depreciação e amortização que totalizaram R\$ 32,9 milhões ocorridas no exercício.

Direito de uso. O saldo de direito de uso em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$ 99,2 milhões líquidos de amortização em linha com o ano anterior.

Empréstimos e Financiamentos e Passivos de Arrendamento. O total do endividamento financeiro, apresentado no passivo circulante e não circulante ao final de 2020, alcançou o montante de R\$ 133,2 milhões, representando um aumento de 13% quando comparado ao montante registrado em dezembro de 2019. Esse aumento é decorrente principalmente da captação de um empréstimo de R\$ 20,0 milhões em 2020.

Obrigações sociais e trabalhistas. Os saldos de salários a pagar e encargos sociais a recolher em 31 de dezembro de 2020 somaram R\$ 44,4 milhões, um aumento de 24% em relação ao ano anterior. Esse aumento é decorrente do aumento das contratações em função de aumentos de operações de clientes na CSU.Contact.

Dividendos e juros sobre o capital próprio. Em 2020 a Companhia distribuiu Juros Sobre o Capital Próprio (JCP) relativo ao exercício no valor de R\$ 12,5 milhões, a serem imputados como dividendos obrigatórios, nos termos desta Proposta da Administração. Adicionalmente a Companhia aprovou em reunião de Conselho de Administração realizada em 02 de março de 2021, a distribuição de dividendos complementares no valor de R\$ 6,0 milhões.

Passivos judiciais. O saldo de Provisões para passivos judiciais totalizou R\$ 7,3 milhões em 2020, uma redução de 15% decorrente principalmente de reversões que totalizaram R\$ 3,0 milhões em 2020.

Patrimônio líquido. O aumento de R\$ 35,0 milhões no saldo do patrimônio líquido no exercício de 2020 é resultado principalmente do resultado do período que foi de R\$ 46,8 milhões.

Capital Social. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 é composto por 41,8 milhões de ações ordinárias, sem valor nominal monta em R\$ 169,2 milhões, crescimento de 31% em relação ao ano anterior em decorrência do aumento de capital de R\$ 40,0 milhões com utilização de Reserva de lucro.

Reservas de lucro. A variação no saldo de reservas de lucro ocorrida no ano de 2020 é resultado principalmente da constituição de R\$ 31,9 milhões de reservas de lucro e do aumento de capital com utilização de reservas no valor de R\$ 40,0 milhões.

Ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2020, estavam mantidas em tesouraria 691 mil (696 mil em 31 de dezembro de 2019), redução de 5 mil ações de emissão da Companhia.

FLUXO DE CAIXA

Segue abaixo o comportamento do fluxo de caixa gerado pela Companhia bem como a aplicação dos recursos e suas fontes, com análise das variações para os 3 últimos exercícios sociais.

COMPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Demonstração dos fluxos de caixa

Em milhares de reais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Varição</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	60.493	46.781	13.712
Caixa gerado pelas atividades operacionais	150.305	151.019	-714
Juros pagos	-8.100	-9.067	967
Imposto de renda e contribuição social pagos	-26.097	-16.019	-10.078
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	116.108	125.933	-9.825
Caixa aplicado nas atividades de investimento	-60.167	-48.664	-11.503
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-56.409	-22.051	-34.358
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	-468	55218	-55.686
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	83.760	28.542	55.218
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	83.292	83.760	-468

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais. O Caixa líquido proveniente das atividades operacionais em 31 de dezembro de 2021 reduziu em R\$ 9,8 milhões em relação ao exercício anterior principalmente por conta do aumento de R\$ 10,0 milhões em imposto de renda e contribuição social.

Caixa aplicado nas atividades de investimento. O Caixa aplicado nas atividades de investimento em 31 de dezembro de 2021 teve aumento de R\$ 11,5 milhões, basicamente explicado pelo investimento minoritário de R\$ 10,5 milhões no Fitbank Pagamentos Eletrônicos S.A.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento. O Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2021 apresentou aumento de R\$ 34,4 milhões, efeito do ingresso de empréstimos e financiamentos que reduziu R\$ 20,0 milhões em 2020, da amortização de empréstimos e financiamentos que aumentou R\$ 8,4 milhão e dos dividendos pagos e juros sobre o capital próprio que aumentaram R\$ 7,7 milhão.

COMPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Demonstração dos fluxos de caixa

Em milhares de reais

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Variação</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	46.781	26.832	19.949
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>151.019</u>	<u>101.555</u>	<u>49.464</u>
Juros pagos	(9.067)	(11.673)	2.606
Imposto de renda e contribuição social pagos	(16.019)	(1.704)	(14.315)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>125.933</u>	<u>88.178</u>	<u>37.755</u>
Caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(48.664)</u>	<u>(47.878)</u>	<u>(786)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(22.051)</u>	<u>(40.907)</u>	<u>18.856</u>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>55.218</u>	<u>(607)</u>	<u>55.825</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>28.542</u>	<u>29.149</u>	<u>(607)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>83.760</u>	<u>28.542</u>	<u>55.218</u>

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais. O Caixa líquido proveniente das atividades operacionais em 31 de dezembro de 2020 aumentou em R\$ 37,8 milhões em relação ao exercício anterior principalmente por conta do aumento de R\$ 42,3 milhões no Contas a receber e do Lucro líquido de R\$ 19,9 milhões, parcialmente compensado pela redução de R\$ 34,7 milhões em Fornecedores.

Caixa aplicado nas atividades de investimento. O Caixa aplicado nas atividades de investimento em 31 de dezembro de 2020 se manteve em linha com o exercício anterior apresentando um pequeno aumento de R\$ 0,8 milhão em razão da elevação de R\$ 2,7 milhões nos investimentos em intangível, que foi parcialmente compensada pela redução de R\$ 1,9 milhão nos investimentos em imobilizado.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento. O Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2020 apresentou redução de R\$ 18,8 milhões, efeito do ingresso de empréstimos e financiamentos que reduziu R\$ 20,0 milhões, da amortização de empréstimos que aumentou R\$ 1,3 milhão, da amortização de empréstimos e financiamentos que reduziu R\$ 0,6 milhão e dos dividendos pagos e juros sobre o capital próprio que aumentaram R\$ 0,5 milhão.

10.2. Resultado operacional e financeiro:

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As receitas da Companhia são provenientes, principalmente, da prestação de serviços de gestão e processamento de meios eletrônicos de pagamento para emissores e adquirentes, serviços de marketing de relacionamento, fidelidade, e-commerce e serviços terceirizados de contact center e de data center.

A receita proveniente do serviço relacionado a meios eletrônicos de pagamento está em sua maioria vinculada à carteira de contas de cartões processada mensalmente pela Companhia.

Eventualmente, podem ocorrer conquistas de novos clientes, através dos esforços comerciais da Companhia, e saídas pontuais de atuais clientes da base processada, seja por descontinuidade ou pela não renovação de seus contratos. Historicamente, a Companhia tem comprovado sua vitalidade organizacional em expandir sua base de cartões processados e faturados, incluindo a entrada em novos segmentos de processamento de meios eletrônicos de pagamento.

2021:

No ano de 2021, a CSU acelerou sua transformação digital, auxiliando os clientes de meios de pagamento, loyalty e customer experience (“CX”) com soluções de alta tecnologia baseadas em inovação, como cartões virtuais gerados diretamente no app, cartões digitais compatíveis com as principais wallets de mercado – Google Pay, Samsung Pay e Apple Pay –, digitalização de faturas, atendimento de clientes baseado em dados com elevada robotização, entre outros.

Assim, encerramos o ano com receita líquida recorde de R\$ 514,0 milhões (+12,5% vs. 2020), lucro bruto recorde de R\$ 166,0 milhões (+22,3% vs. 2020), EBITDA recorde de R\$ 151,5 milhões (+15,8% vs. 2020) e lucro líquido recorde de R\$ 60,5 milhões (+29,3% vs. 2020), com receitas recorrentes, importante indicador de resiliência, acima de 97% em todos os trimestres. Esse ciclo crescente de ações e consequentes resultados demonstra que estamos no caminho certo de entrega de serviços tecnológicos de qualidade e atentos às inovações digitais mais rentáveis, que continuarão a alavancar o crescimento da Companhia em períodos futuros.

Na unidade CSU.CardSystem, que dispõe de soluções tecnológicas de última geração para meios de pagamento, fomos eficientes na entrega de produtos digitais, com crescimento do lucro bruto para R\$ 123,0 milhões em 2021 (+22,6% vs. 2020) com margem bruta de 48,3% (+4,6 p.p. vs. 2020); e na divisão MarketSystem, que integra essa unidade com soluções para fidelização e incentivo, aprimoramos nosso marketplace OpteMais, com novos parceiros comerciais (CVC, Direct Shop, Philips, Novo Mundo, meuDNA, WOLI, entre outros), permitindo múltiplas formas de resgate, com vouchers de mobilidade, alimentação, supermercado e streaming, além de exames de saúde e testes, demonstrando sensibilidade durante o desafio pandêmico em adequar a oferta às necessidades dos novos tempos, além da agilidade necessária para isso. Este ano de 2022 marca a evolução da nossa plataforma híbrida de processamento de pagamentos, a Wide Platform, solução que combina a robustez da alta plataforma (VisionPLUS by Fiserv) com a flexibilidade do ambiente cloud e arquitetura de microsserviços (Magnus by Glic), ambas com elevada segurança, performance e disponibilidade. Com isso, passamos a dispor de uma nova via de crescimento, focada em players da nova economia, que tem como característica marcante a elevada taxa de crescimento e expansão de suas bases de clientes.

Já a unidade CSU.Contact, que oferece soluções completas de CX, expandiu suas operações com a solução de home office, com cerca de 2/3 do time em trabalho remoto – com aumento na produtividade – e ampliamos a utilização de canais digitais sem uso de voz (chat, e-mail, mídias sociais e robotização), resultando em expansão do lucro bruto para recorde de R\$ 43,0 milhões em 2021 (+21,3% vs. 2020) com margem bruta de 16,6% (+1,0 p.p. vs. 2020).

Além disso, fomos bem-sucedidos em importantes renovações contratuais e na conquista de clientes de renome em todos os negócios e plataformas, seja Adquirência e Emissão (Wide Platform), BIN Sponsor, Loyalty/OpteMais, como, por exemplo, Ágilli, Hash, Banco PSA do grupo Stellantis, Avon/The Body Shop, este último uma importante conquista em CX após renovação com sua controladora Natura&Co, o que registra nossa capacidade de ampliar os serviços com clientes satisfeitos da base, além de outros grandes nomes da nova economia que já se encontram em fase de implantação e cuja estratégia comercial ainda não permite sua divulgação.

Ainda, a forte geração de caixa, com a entrega consistente de lucratividade, possibilitou a ampliação de investimentos (Capex) para R\$ 56,9 milhões em 2021 (+10,0% vs. 2020) em soluções tecnológicas e de segurança cibernética, novas implantações e aumento do quadro de colaboradores, encerrando 2021 com 6,2 mil pessoas engajadas em entregar valor aos clientes.

A combinação destes fatores, atrelada a nova oferta de Banking as a Service (“BaaS”), via unidade Blue C Technology, trará uma série de inovações potencializando a oferta de serviços financeiros e fortalecendo ainda mais o cross-sell entre os negócios da Companhia. Também concluímos o aporte de R\$ 10 milhões no Fitbank, que marcou nosso 1º investimento no escopo da estratégia de M&A, para reforçar nosso time to market com soluções inovadoras de uma importante fintech de meios de pagamento.

Distribuímos R\$ 14,0 milhões via juros sobre o capital próprio – JCP referentes ao exercício de 2021, pagos em janeiro de 2022, e propusemos dividendos complementares de R\$ 16,2 milhões, a serem submetidos para aprovação em Assembleia, perfazendo um total de R\$ 30,2 milhões em proventos, reiterando nosso compromisso com a geração de valor aos acionistas, alcançando um payout de 50% sobre o lucro líquido do exercício.

2020:

No ano de 2020, a CSU avançou de forma acelerada no caminho digital, mesmo nos meses com os maiores desafios no enfrentamento da Covid-19, em que a crise econômica decorrente da pandemia afetou quase todos os setores de nossa economia. Auxiliamos muitas empresas e seus consumidores com soluções de ponta, nas mais diversas áreas, baseadas em inovação como cartões virtuais, carteiras digitais compatíveis com Google Pay, Samsung Pay e Apple Pay, digitalização de faturas, wearables – dispositivos vestíveis que realizam pagamento – e tecnologia robotizada no atendimento de clientes.

Com isso, fomos bem-sucedidos nas renovações contratuais, expandimos as operações com iFood, AirFox/banQI, Losango (Grupo Bradesco) e Unica (Grupo Martins) e conquistamos novos clientes como Digital Banks, um na plataforma de aquisição e outro na emissão de cartões pré-pagos, neste momento em implantação, entre outros voltados a esse mundo cada vez mais tecnológico. Esse avanço no caminho digital vem tendo grande importância neste ciclo crescente de resultados, iniciado no 1º trimestre de 2019, com forte expansão de lucratividade nas duas unidades de negócio.

Na unidade CSU.CardSystem, que dispõe de soluções tecnológicas de última geração para meios de pagamento, foi eficiente na entrega de produtos digitais e apresentou crescimento no EBITDA para recorde de R\$ 100,1 milhões em 2020 (+18,7% vs. 2019) com margem EBITDA recorde de 43,6% (+4,7 p.p. vs. 2019); na divisão CardSystem, obtivemos a certificação da bandeira Elo no início deste ano e na divisão MarketSystem, que integra essa unidade com soluções para fidelização e incentivo, aprimoramos nosso marketplace OpteMais, com 15 novos parceiros comerciais (Tok&Stok, MegaMamute, Orbia, Movida, epay, Unidas, Artllure, DarkSide Books, Key Design, entre outros), alguns deles ainda em implantação. Também, seguimos no desenvolvimento da oferta de Banking-as-a-Service - BaaS, com lançamento ainda neste ano.

Já a unidade CSU.Contact, que oferece soluções completas de customer experience - CX, expandiu suas operações com a solução de home office, chegando a ter quase 80% do time em trabalho remoto – com aumento na produtividade – e ampliamos a utilização de canais digitais sem uso de voz (chat, e-mail, mídias sociais e robotização), resultando em expansão no EBITDA para recorde de R\$ 30,7 milhões em 2020 (+55,4% vs. 2019) com margem EBITDA recorde de 13,5% (+4,0 p.p. vs. 2019).

Como uma vitória para a Companhia, durante um período com vários obstáculos, encerramos o ano com uma receita líquida de R\$ 456,9 milhões (+7,8% vs. 2019), lucro bruto de R\$ 135,8 milhões (+24,3% vs. 2019), EBITDA recorde de R\$ 130,8 milhões (+25,7% vs. 2019) e lucro líquido de R\$ 46,8 milhões (+74,3% vs. 2019) e receitas recorrentes acima de 98% em todos os trimestres, o que demonstra nossa resiliência e capacidade de sair das crises melhor do que entramos.

Ainda, a baixa alavancagem da Companhia, aliada à forte geração de caixa com a entrega consistente de resultados e lucratividade, possibilitou a ampliação de seus investimentos para R\$ 51,7 milhões em 2020 (+1,9% vs. 2019), em soluções tecnológicas e em implantações de novos clientes e mantivemos o quadro de colaboradores em relação ao final de 2019, encerrando o ano com cerca de 6 mil funcionários, com a finalidade de promover ferramentas ainda mais assertivas visando ampliação nos seus resultados econômico-financeiros. Ainda, distribuimos aos acionistas R\$ 12,5 milhões na forma de juros sobre o capital próprio – JCP referentes ao exercício de 2020, pagos a partir de 14/01/2021, e foram propostos dividendos complementares de R\$ 6,0 milhões, a serem submetidos para aprovação em Assembleia Geral, perfazendo um montante total de R\$ 18,5 milhões em proventos, representando um payout de 40% sobre o lucro líquido do exercício.

2019:

No ano de 2019, a CSU avançou de forma consistente em seus indicadores operacionais e financeiros, inovando na oferta de produtos e serviços diferenciados, adicionando e fortalecendo parcerias comerciais e atuando de forma diligente na geração de valor para seus acionistas.

A Companhia acredita que o mercado está em evolução e vem se preparando de forma a acompanhar as novas oportunidades e a atender os novos players em cada segmento em que atua. Mesmo em um cenário de negócios competitivos, a CSU, em 2019, conquistou novos contratos em todas as suas frentes de negócios, capturando oportunidades de up-sell e cross-sell entre suas Divisões, e obtendo êxito nos processos de renovações contratuais. Ao longo do ano, foram firmados novos contratos com diversos clientes de diferenciados segmentos.

Em 2019, lançamos novas soluções de forma a alavancar os resultados de nossos clientes e a atender às demandas de mercado por produtos inovadores e digitais. Na CardSystem, a Divisão segue ampliando o seu portfólio com produtos como os cartões digitais e virtuais (sem necessidade de cartão físico), as wallets de pagamento – compatíveis com Samsung Pay, Android Pay e também Apple Pay, implementada para a Porto Seguro no último trimestre – os dispositivos vestíveis de pagamento (wearables), além de produtos como os pagamentos via QR Code e os cartões contactless, suportados por plataformas que trazem a segurança e a confiança demandadas por nossos clientes. Para 2020, a Divisão vem investindo nas Contas de Pagamento e, posteriormente, no Pagamento Instantâneo. Na MarketSystem, aprimoramos o OpteMais com a inclusão de 11 novos parceiros comerciais e de novas opções de resgates – abrangendo não só produtos, mas também ‘experiências’ – de forma a diferenciar a nossa plataforma no segmento de fidelidade no mercado brasileiro. Na CSU.Contact, aprimoramos o posicionamento da Unidade no setor de CX, oferecendo serviços especializados para toda a jornada do cliente, com uma oferta de produtos que empregam tecnologia de ponta, robotização e atuação por diversos canais de atendimento, resultando em maior produtividade das operações e satisfação dos nossos clientes.

Em termos de resultados, mesmo com o impacto de R\$ 4,1 milhões em despesas extraordinárias relacionadas à reestruturação do quadro de colaboradores, ocorridas ao longo de 2019, a Companhia encerrou o ano com um EBITDA de R\$ 104,1 milhões e com um Lucro Líquido de R\$ 26,8 milhões. Ainda, a baixa alavancagem da Companhia aliada à forte geração de caixa no período possibilitaram a realização de investimentos de cerca de R\$ 50,7 milhões, focados no desenvolvimento de soluções e em implantações de novos clientes, além da distribuição de R\$ 10,6 milhões na forma de Juros Sobre o Capital Próprio, ocorrida em 06/01/2020, representando um payout de 39,3% sobre o Lucro Líquido do exercício.

Também destacamos a conclusão da reestruturação organizacional ocorrida em 2019, com a contratação de novos executivos para fortalecer o time comercial da Companhia. Estamos confiantes quanto à estratégia de negócios adotados pela Companhia e à alta qualidade dos serviços prestados em cada uma de suas Divisões. Por meio dos novos contratos firmados e das novas soluções desenvolvidas ao longo de 2019, a CSU segue demonstrando sua capacidade no crescimento de seus negócios, comprovada pela consistente entrega de resultados nos últimos anos.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia reconhece as receitas a partir da efetiva prestação de serviços, seja de processamento de contas de cartões, posições de atendimento disponibilizadas, cobranças realizadas ou programas de fidelidade geridos.

As variações de receita da Companhia são em grande parte vinculadas às variações no volume de negócios, em especial no número de cartões cadastrados na Unidade de Negócios CSU.CardSystem.

Nossas receitas de vendas são impactadas pela variação nos índices de inflação que corrigem os nossos contratos de serviços. Os contratos de prestação de serviços são usualmente indexados aos índices IPCA ou IGP-M havendo, no entanto, alguns contratos indexados ao INPC, IPC-FIPE ou mesmo atrelados aos acordos coletivos dos sindicatos da categoria (contratos intensivos em mão de obra).

A Companhia não auferir receitas em moeda estrangeira ou indexada a qualquer variação cambial.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Os principais indexadores que afetam o plano de negócios da Companhia são o IPCA, IGP-M e o CDI. O IPCA e IGP-M são índices corriqueiramente utilizados nos contratos de fornecimento da Companhia, enquanto o CDI indexa a quase totalidade dos contratos de financiamento.

Outros eventos relevantes são o dissídio coletivo do setor de contact center, com impacto sobre o plano de negócios da Unidade CSU.Contact, intensiva em mão de obra, e reajustes sobre tarifas de correio, com impacto sobre a Unidade de Negócios CSU.CardSystem.

10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participação operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participação societária com impactos nas suas demonstrações financeiras ou resultados.

c) eventos ou operações não usuais

A Companhia não passou por eventos ou realizou operações não usuais que possam impactar suas demonstrações financeiras ou resultados.

10.4. Mudanças significativas nas práticas contábeis e ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) mudanças significativas de práticas contábeis; e

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e conforme as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir, aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados.

O IFRS 16/ CPC 06 (R2) foi emitido em janeiro de 2016 e substituiu a “IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil”, “IFRIC 4 – Como determinar se um acordo contém arrendamento”. O IFRS 16/CPC 06 (R2) estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. O IFRS 16/CPC 06 (R2) entrou em vigor para os períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

Arrendamentos mercantis que transferem à Companhia os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são classificados como arrendamento financeiro, sendo capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, sendo depreciados ao longo da vida útil econômica dos respectivos bens. Os respectivos pagamentos são alocados parte ao passivo e parte aos encargos financeiros para que, desta forma, sejam obtidas taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo circulante e não circulante. Os encargos financeiros são reconhecidos no resultado durante o período do arrendamento.

O IFRS 16/CPC 06 (R2) determina que o arrendatário passe a registrar um ativo referente ao direito de uso do ativo identificado, bem como o passivo relacionado ao arrendamento. Cada pagamento de locação é alocado entre o passivo e custo financeiro. O custo financeiro é reconhecido no resultado durante o período de arrendamento. O ativo de direito de uso é amortizado durante a vida útil do ativo ou período do arrendamento, dos dois o menor. Ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil são mensurados inicialmente com base no seu valor presente.

A norma permite ainda dois métodos de transição: retrospectivamente para todos os períodos apresentados ou uma abordagem retrospectiva modificada, onde o efeito cumulativo da adoção é reconhecido na data da aplicação inicial. A Companhia decidiu adotar o critério de transição retrospectiva modificada a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia decidiu aplicar determinados expedientes práticos permitidos na adoção inicial da norma, tais como, (i) exclusão de contratos de arrendamentos com vencimento nos próximos doze meses, sem provável intenção de renovação pela Companhia; (ii) não aplicação dessa nova norma a contratos que não foram anteriormente identificados como contendo arrendamento, utilizando o CPC 06 (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4); e (iii) aplicação de taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente em ambiente econômico similar).

A Companhia possui operações de arrendamento de direitos de uso principalmente relacionados a aluguel de imóveis e aluguel de softwares. Os prazos de contrato são negociados individualmente e com termos e condições diferentes. Os contratos não podem ser usados como garantias de empréstimos.

Na adoção inicial, a Companhia reconheceu os passivos de arrendamento. Esses passivos foram mensurados ao valor presente das contraprestações remanescentes descontados por meio da taxa incremental líquida sobre financiamentos. A taxa foi calculada com base em cotações a bancos de primeira linha descontadas dos efeitos projetados da inflação divulgados pela B3 - Brasil Bolsa Balcão, as quais permitiram determinar sua taxa incremental líquida entre 3,44% e 4,02% a.a. em 2019, variando de acordo com o prazo de cada contrato.

Em 18 de dezembro de 2019 e 05 de fevereiro de 2020 a CVM por meio do Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2019 e Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2020 apresentou algumas orientações acerca da norma com o objetivo de padronizar sua adoção e seus impactos nas demonstrações contábeis, os quais estão destacados a seguir:

Uso de taxa nominal como taxa incremental;

A vedação da inclusão de efeitos inflacionários ou técnicas de projeção nos fluxos de pagamento conforme determina o CPC 06 (R2) em seu item 42 (b);

A determinação do tratamento contábil do crédito de PIS e COFINS embutido nos contratos de arrendamentos.

A administração optou pelo modelo do CPC 06 (R2) utilizando a taxa incremental nominal e fluxo de pagamentos real e recalculou os seus contratos de arrendamento de forma retrospectiva desde a data da adoção inicial passando a utilizar como taxa incremental a taxa nominal obtida por meio de cotações efetuadas junto a bancos de primeira linha entre 4,17% e 8,07% a.a. em 2021 (2020 - 4,17% e 8,07% a.a. e 2019 - 7,51% e 8,00% a.a.), variando de acordo com o prazo de cada contrato com os fluxos de pagamento reais e divulgar em nota explicativa o efeito da adoção com fluxo nominal e taxa nominal.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A vedação de utilização de técnicas de projeção e incorporação de inflação nos fluxos de pagamento quando o uso da taxa incremental é nominal conforme determina a norma CPC 06 (R2) cria um conflito econômico e para efeito de comparabilidade e mensuração os números apresentados abaixo refletem as diferenças geradas entre os valores calculados com fluxos de pagamentos nominais e os valores contabilizados com valores reais em 31 de dezembro de 2019.

(em R\$ mil)	FLUXO DE PAGAMENTOS REAL (SEM INFLAÇÃO)	FLUXO DE PAGAMENTOS NOMINAL (COM INFLAÇÃO)
Direito de Uso	70.319	79.140
Arrendamento mercantil - direito de uso	21.271	21.835
Arrendamento mercantil - direito de uso	51.449	59.705

O ICPC 22 / IFRIC 23- Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro entrou em vigor em 01 de janeiro de 2019. Esta interpretação é aplicável quando há incertezas quanto à aceitação do tratamento pela autoridade fiscal. Se a aceitação não for provável, os valores de ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir a melhor resolução da incerteza.

A Companhia avaliou as mudanças introduzidas por esta nova interpretação e com base nas análises realizadas, não identificou mudanças materiais que produzam impacto em suas informações contábeis intermediárias, ou alteram o reconhecimento e mensuração de incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro.

c) Ressalvas e/ou ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou parágrafos de ênfase no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras dos 3 últimos exercícios sociais.

10.5. Políticas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício fiscal, estão contempladas a seguir. As principais estimativas e julgamentos aplicados incluem:

Receita de prestação de serviços não faturada: As receitas da Companhia decorrem principalmente da prestação de serviços, nos termos dos contratos comerciais com os seus clientes, incluindo receitas referentes a prestação de serviços de desenvolvimento de novas funcionalidades para os sistemas operacionais utilizados por seus clientes. Enquanto não faturada, a receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente, de acordo com as condições estabelecidas nos contratos. São feitas também provisões e julgamentos referentes as premissas de reajustes dos contratos até a efetiva realização.

Valor justo dos Investimentos: Os investimentos são mensurados pelo valor justo da contraprestação. As determinações desses valores envolvem um elevado grau de julgamento na determinação das metodologias e premissas, tais como múltiplos de mercado, à mensuração do valor justo.

Vida útil de ativos não circulantes: Os ativos imobilizados e intangíveis, com exceção do ágio, são depreciados e amortizados com base no método linear, considerando taxas que se aproximam à vida útil econômica dos bens, anualmente revisadas e suportadas por laudo de avaliação emitido por perito independente, apresentadas na tabela da nota explicativa 3.1(c) das demonstrações financeiras de 31/12/2021.

Ágio em investimento: Refere-se à aquisição da unidade de negócio da Marketsystem em 30 de janeiro de 2006. A determinação do ágio na aquisição de redes de empresas de varejo é um processo complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, perenidade e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão.

O valor do ágio (Nota 10) é testado anualmente para verificação de *impairment*. A Administração realiza julgamentos e premissas para avaliar o impacto das mudanças econômicas e operacionais, a fim de estimar os fluxos de caixa futuros e mensurar o valor recuperável do ativo.

As taxas de crescimento foram consideradas com base na expectativa de crescimento dos mercados de atuação da Companhia. As taxas de descontos que foram utilizadas nas projeções são compatíveis com as taxas de mercado em que a Companhia atua, determinadas num intervalo de 13,3% ao ano após os impostos para a unidade CSU.CardSystem (2020 – 12,6% ao ano). Os resultados dos testes não indicaram perda de valor a ser reconhecida em 31 de dezembro de 2021.

As taxas de crescimento e desconto utilizadas nesses testes resultam de estimativas de mercado que, dessa forma, estão sujeitas a sensibilidade e mudança nas premissas. As implicações das principais premissas para o montante recuperável são discutidas a seguir: a) *Premissas de taxa de crescimento:* A Administração reconhece que possíveis alterações nos cenários de mercado relacionados aos negócios da unidade geradora de caixa: CSU.CardSystem causam impacto significativo nas premissas de taxas de crescimento de longo prazo. A taxa de crescimento da perpetuidade utilizada para calcular o valor de uso dos ativos foi de 2,0% conforme projeções de crescimento do PIB divulgadas pelo boletim Focus do Bacen para 2025. Uma diminuição de 1,5% na taxa de crescimento utilizada não resultou em perda por desvalorização; b) *Taxas de desconto após os impostos:* Qualquer alteração na avaliação dos riscos nos atuais mercados, específicos a cada unidade geradora de caixa, pode alterar as taxas de descontos utilizadas para calcular o valor de uso dos ativos. Um aumento de 5% na taxa utilizada para a unidade geradora de caixa, não resultará em perda por desvalorização; c) *Taxas de desconto antes dos impostos:* Seria de 21,3% para a CSU.CardSystem que é a unidade de negócio que contém o ágio a ser testado.

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a) **os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**
- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos*
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos*
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*
 - iv. contratos de construção não terminada*
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos*
- b) **outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

A administração entende que não possui ativos “off-balance” relevantes ou que possam impactar os resultados futuros da Companhia.

10.7. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a) **como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b) **natureza e o propósito da operação**
- c) **natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

A administração entende que não possui ativos “off-balance” relevantes ou que possam impactar os resultados futuros da Companhia.

10.8. Plano de Negócios

- a) **investimentos, incluindo:**
- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;*
 - ii. fontes de financiamento dos investimentos;*
 - iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos*
- b) **desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**
- c) **novos produtos e serviços, indicando:**
- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas*
 - ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços*
 - iii. projetos em desenvolvimento já divulgados*
 - iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

O plano de investimentos da Companhia a ser financiado por meio de geração de caixa próprio proveniente das atividades operacionais, está relacionado principalmente a: (i) investimentos em tecnologia – hardware, software e customizações de sistemas – nas operações de meios de pagamento, *customer experience* (CX) e áreas corporativas; (ii) benfeitorias e mobiliário na unidade de CX para montagem das operações dos nossos clientes; (iii) aprimoramento da operação de *banking as a service* (BaaS) provido pela unidade Blue C Technology.

A seguir, apresentamos tabela dos investimentos (Capex) realizados nos últimos 3 anos, sendo que o negócio de BaaS está consolidado na linha CSU.CardSystem.

Investimentos (R\$ mil)	2021	2020	2019
CSU.CardSystem	52.955	37.618	36.773
CSU.Contact	1.725	11.314	8.687
Corporativo	2.186	2.773	5.288
Capex Total	56.866	51.705	50.748
% da Receita Líquida	11,1%	11,3%	12,0%

CAPEX 2021:

Totalizaram R\$ 56,9 milhões (+10,0% vs. 2020) ante R\$ 51,7 milhões em 2020, sendo crescimento de R\$ 15,4 milhões na CSU.CardSystem, reduções de R\$ 9,6 milhões na CSU.Contact e de R\$ 0,6 milhão no Corporativo.

- CSU.CardSystem (90% do total): R\$ 53,0 milhões (+40,8% vs. 2020) ante R\$ 37,6 milhões em 2020, aumento de R\$ 15,4 milhões. O crescimento é explicado pelo upgrade da infraestrutura tecnológica de processamento e em segurança cibernética, da estruturação continuada da Blue C Technology com estabelecimento de parcerias e estruturação de equipe, além do aumento nas customizações de software para o processamento de pagamentos.
- CSU.Contact (6% do total): R\$ 1,7 milhão (-84,8% vs. 2020) ante R\$ 11,3 milhões em 2020, redução de R\$ 9,6 milhões, relacionadas a ampliação da operação dos clientes em 2020. Atualmente, a oferta do produto home office, com total segurança e menor nível de imobilização, demanda menos investimentos.
- Corporativo (4% do total): R\$ 2,2 milhões (-21,2% vs. 2020) ante R\$ 2,8 milhões em 2020, redução de R\$ 0,6 milhão.

CAPEX 2020:

Somou R\$ 51,7 milhões (+1,9% vs. 2019) ante R\$ 50,8 milhões em 2019, aumento de R\$ 0,9 milhão, sendo crescimento de R\$ 2,6 milhões na CSU.Contact e R\$ 0,8 milhão na CSU.CardSystem, e redução de R\$ 2,5 milhões no corporativo.

- CSU.CardSystem (82% do total): R\$ 37,6 milhões (+2,3% vs. 2019) ante R\$ 36,8 milhões em 2019, aumento de R\$ 0,8 milhão. O crescimento é decorrente do maior volume de customizações e do desenvolvimento do software utilizado para o processamento de cartões.
- CSU.Contact (16% do total): No ano totalizou R\$ 11,3 milhões (+30,2% vs. 2019) ante R\$ 8,7 milhões em 2019, aumento de R\$ 2,6 milhões, com expansão das operações em novos clientes especialmente no 2º e 3º trimestres de 2020.
- Corporativo (2% do total): No ano totalizou R\$ 2,8 milhões (-47,6% vs. 2019) ante R\$ 5,3 milhões em 2019, redução de R\$ 2,5 milhões, decorrente da redução dos dispêndios relacionados aos investimentos prediais e com equipamentos.

10.9. Outros fatores com influência relevante

Não foram identificados outros fatores além dos já comentados nos itens anteriores.

ANEXO II – 9-1-II da ICVM 481/09

(Os valores neste documento estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido ajustado, para fins de destinação de dividendos e constituição de reservas, foi:

	2021	2020	2019
Lucro líquido do exercício	60.493	46.781	26.832
(-) Saldo de prejuízos acumulados	-	-	-
Lucro ou prejuízo ajustado	60.493	46.781	26.832

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

	2021	2020	2019
Montante global de dividendos	30.200	18.500	10.550
Valor por ação dos dividendos	0,7341	0,4500	0,2567

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

	2021	2020	2019
Percentual distribuído do:			
lucro líquido do exercício	50%	40%	39%
lucro líquido ajustado (após a destinação da Reserva Legal)	53%	42%	41%

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

	2021	2020	2019
Com base em exercícios anteriores			
Montante global de dividendos	Não houve	Não houve	Não houve
Valor por ação dos dividendos	Não houve	Não houve	Não houve

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe
- b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
- c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio
- d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Proposta de distribuição de dividendos complementares aos acionistas, conforme tabela abaixo:

Provento	A ser deliberado em	Negócios com até	Data Ex-provento	Valor Bruto* (em R\$ mil)	Valor por Ação ON (em R\$)	Relativo a	Início de Pagamento
Dividendo	19/04/2022	22/04/2022	25/04/2022	16.200	0,393787032	2021	29/04/2022

*Não haverá incidência de atualização monetária e/ou juros sobre os proventos.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

A Administração da Companhia propôs, em reunião do Conselho da Administração realizada em 08 de março de 2022, a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de proventos referentes a 2021.

Com isso, foi proposta com base nos resultados operacionais e financeiros até dezembro, a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de proventos referentes ao exercício encerrado, já pagos na forma de Juros sobre Capital Próprio ("JCP"), a partir de 14 de janeiro de 2022, conforme deliberado na tabela abaixo:

(em R\$ Mil)	JCP	Impostos	Valor Líquido
RCA 02/03/2021	2.800	(381)	2.419
RCA 22/06/2021	3.000	(413)	2.587
RCA 21/09/2021	4.200	(589)	3.611
RCA 14/12/2021	4.000	(570)	3.430
	14.000	(1.953)	12.047

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

(em R\$)	2021	2020	2019
Lucro líquido do exercício por ação ordinária	1,4749	1,1402	0,6540

b) Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

(em R\$)	2021	2020	2019
Dividendos por ação ordinária	0,3938*	0,1459	0,0000
Juros sobre capital próprio por ação ordinária	0,3403	0,3041	0,2567
Total	0,7341	0,4500	0,2567

*Conforme item 5 acima, proposta submetida para aprovação da AGO de 19/04/2022.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado a reserva legal

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

(em R\$ Mil)	2021	2020	2019
Lucro líquido do exercício	60.493	46.781	26.832
(-) Reserva legal - 5%	3.025	2.339	1.341
Lucro líquido ajustado	57.468	44.442	25.491

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
- Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
- Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A Companhia está lista no Novo Mercado da B3, portanto não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado, calculado de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/76, para distribuição aos acionistas a título de dividendo obrigatório.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

A Companhia efetuou o pagamento de juros sobre capital próprio, em janeiro de 2022, no montante bruto de R\$ 14,0 milhões (R\$ 0,3403 por ação) referentes ao exercício de 2021- a serem imputados ao dividendo mínimo obrigatório - e foram propostos dividendos complementares de R\$ 16,2 milhões (R\$ 0,3938 por ação), que foram submetidos para aprovação em AGO de 19/04/2022, perfazendo um montante total de R\$ 30,2 milhões em proventos, correspondentes a 50% do lucro líquido do período (ou 52,6% do lucro líquido ajustado).

c) Informar o montante eventualmente retido

Não houve.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) a. Informar o montante da retenção

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c) Justificar a retenção dos dividendos

Não houve.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante destinado à reserva

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

c) Explicar porque a perda foi considerada provável

d) Justificar a constituição da reserva

Não houve.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não houve.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

b) Identificar o montante destinado à reserva

c) Descrever como o montante foi calculado

Não houve.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a) Identificar o montante da retenção

(em R\$ Mil)	2021	2020	2019
Montante destinados a Reserva de retenção de lucros	27.268	25.942	14.941

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

A Companhia apresenta, nos termos do parágrafo 2º do Artigo 196 da Lei 6.404/76, o Orçamento de Capital para o exercício corrente, conforme detalhado na tabela abaixo:

INVESTIMENTOS 2022:

Descrição	(em R\$ Mil)
CSU.Cardsystem¹	
Tecnologia (hardware/software/Customizações)	50.877
CSU.Contact²	
Tecnologia (hardware/software/Customizações) e Benfeitorias/Mobiliário/Outros	6.372
Blue C Technology	
Tecnologia (hardware/software/Customizações)	7.067
Corporativo	
Tecnologia (hardware/software) e Outros	5.786
Total	70.102

- Os investimentos em software, customizações e hardware na CSU Cardsystem representam a estimativa da Administração dos valores a serem despendidos em novos projetos e atualização dos sistemas atuais da Companhia.
- Os investimentos da unidade CSU Contact destinam-se principalmente aos desembolsos para montagem das operações de contact center atrelados a clientes.

USO E FONTE DE RECURSOS:

Descrição	(em R\$ Mil)
Usos	
Plano de Investimentos	70.102
Redução de dívida líquida	38.105
Pagamentos de Dividendos Complementares – ref. 2021	16.200
Pagamentos de JCP – ref. 2021	14.000
Total	138.407
Fontes	
Fluxo de caixa Operacional	138.407
Total	138.407

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- Informar o montante destinado à reserva
- Explicar a natureza da destinação

Não houve.

ANEXO III – Itens 12.5/6 a 12.10 do Formulário de Referência

12.5 / 6 – Composição e experiência profissional dos candidatos a membros do Conselho de Administração

a) Nome	ANTONIO MARTINS FADIGA	ANTONIO KANDIR	MARCOS RIBEIRO LEITE	RUBENS ANTONIO BARBOSA	RICARDO JOSÉ RIBEIRO LEITE
b) Data de nascimento	30/05/1954	02/05/1953	04/10/1959	13/06/1938	25/07/1956
c) Profissão	Publicitário	Engenheiro	Administrador de Empresas	Consultor de Negócios	Administrador de Empresas
d) CPF	896.986.308-72	146.229.631-91	038.755.268-56	090.564.241-49	940.246.858-72
e) Cargo eletivo ocupado	Conselheiro Independente	Conselheiro Independente	Conselheiro	Conselheiro Independente	Conselheiro
f) Data de eleição	29/04/2020	29/04/2020	29/04/2020	29/04/2020	N/A
g) Data da posse	29/04/2020	29/04/2020	29/04/2020	29/04/2020	N/A
h) Prazo do Mandato	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos
i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não possui	Não possui	Diretor Presidente	Não possui	Diretor de Relações com Investidores
j) Indicado pelo Controlador	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
k) É membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim. Utilizado o critério definido no Estatuto Social da Companhia.	Sim. Utilizado o critério definido no Estatuto Social da Companhia.	Não.	Sim. Utilizado o critério definido no Estatuto Social da Companhia.	Não.
l) Número de mandatos consecutivos	11	8	17	16	0

ANTONIO MARTINS FADIGA. Iniciou carreira como profissional de marketing e trabalhou em agências reconhecidas como BBDO, Leo Burnett, Young & Rubicam e Fischer. Desde 2014 é sócio e CEO da Artplan Brasil e Grupo Dreamers, que contam com dezoito empresas especializadas em Marketing e Comunicação. Formado em Comunicação pela USP e fez especialização em Marketing pela FGV e diversos cursos de Gestão em New York, Toronto e Londres. Além de Propaganda, comandou grupos de empresas especializadas nas diferentes disciplinas de comunicação. Foi articulista do Meio & Mensagem por 2 anos no tema Comunicação Integrada, foi Caborável em Atendimento & Planejamento, Profissional do Ano pela APP, Profissional do Ano pelo Prêmio Colunistas e um dos dez profissionais mais reconhecidos do mercado, de acordo com estudo Agency Scope em 2012 e 2016, pelo Grupo Consultores. Em 2019 foi eleito pelo Prêmio Caboré como um dos três melhores dirigentes de comunicação do país. É também conselheiro da AACD e WWF (*probono*). As empresas mencionadas não integram o grupo econômico do emissor e não são controladas por acionistas do emissor. Não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301/99, e, após análise pelo Conselho de Administração, foi ratificado o seu enquadramento como independente nos termos dos Artigos 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado.

ANTONIO KANDIR. Foi Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, Deputado Federal, Presidente do Conselho Nacional de Desestatização, Governador Brasileiro no BID, Secretário Especial de Política Econômica, Presidente do IPEA, diretor da Kandir e Associados S/C Ltda. e coordenador de estudos da Itaú Planejamento e Engenharia. Trabalhou também como professor da Unicamp, da PUC/SP e Assistant Faculty Fellow na Universidade de Notre Dame e gerenciou Fundos de Investimentos. Formado em Engenharia Mecânica de Produção da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Mestre em Economia pela UNICAMP e Doutor em Economia pela UNICAMP. Participa dos conselhos de administração das empresas GOL, Aegea, CPFL, COIMEX e MRV. As empresas mencionadas não integram o grupo econômico do emissor e não são controladas por acionistas do emissor. Não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal. No âmbito da CVM, foi apontada uma advertência por uma questão relativa à gestão de um fundo, no qual era responsável pela empresa gestora. Tal advertência encontra-se em revisão. Não há nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301/99, e, após análise pelo Conselho de Administração, foi ratificado o seu enquadramento como independente nos termos dos Artigos 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado.

MARCOS RIBEIRO LEITE. Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. É sócio fundador da Companhia e atual CEO e Membro do Conselho de Administração. É administrador da Anapurus Comércio e Participações Ltda. Possui longa experiência no ramo de cartões de crédito, tendo atuado na vice-presidência financeira e comercial da empresa Credicard. A Anapurus Comércio e Participações não integra o grupo econômico do emissor e é controlada por acionista do emissor. Não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301/99.

RUBENS ANTONIO BARBOSA. Com título de mestrado da "London School of Economics and Political Science" (Escola Superior de Ciências Econômicas e Políticas de Londres) em 1971, o Embaixador Rubens Barbosa ocupou muitos cargos no Governo brasileiro e no Ministério das Relações Exteriores: Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda; Embaixador do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI); Subsecretário-Geral de Integração, Comércio Exterior e Assuntos Econômicos do Ministério das Relações Exteriores e Coordenador da Seção Brasileira do Grupo do Mercosul; Principal negociador pelo Brasil da Rodada Uruguaí no então GATT até 1999. Foi Embaixador do Brasil em Londres de janeiro de 1994 a junho de 1999 e em Washington de junho de 1999 a março de 2004. Ocupou o cargo de Presidente da Associação dos Países Produtores de Café (APPC) em Londres, por cinco anos. Escreve regularmente no Estado de São Paulo, além de ensaios e de quatro livros, entre os quais destacam-se: Panorama Visto de Londres, que trata de política externa e econômica; Integração Econômica da América Latina e The Mercosur Codes, publicado pelo "British Institute of International and Comparative Law"

(Instituto Britânico de Direito Internacional e Comparativo), Editor e Organizador de “O Brasil dos Brazilianistas”, Mercosul e a Integração Regional, O Dissenso de Washington (2011) e Interesse Nacional e Visão de Futuro (2012). Presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (IRICE), Presidente da Associação Brasileira da Indústria do Trigo (ABITRIGO), é também consultor de negócios com extensa rede de conhecimentos no setor público e privado e ocupa, entre outros, os cargos de Presidente de Honra do Conselho Superior de Comércio Exterior da FIESP e membro de diversos outros Conselhos, como da empresa CSU CardSystem S.A e Veirano Advogados o da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). É membro do Gacint - Grupo de Análise da Conjuntura Internacional da USP, Presidente Emérito do CEBEU – Conselho Empresarial Brasil – Estados Unidos. Editor responsável pela Revista Interesse Nacional. Não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301/99, e, após análise pelo Conselho de Administração, foi ratificado o seu enquadramento como independente nos termos dos Artigos 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado.

RICARDO JOSÉ RIBEIRO LEITE. Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, pós-graduado em Finanças Pessoais pela FEA/USP em 2003. Atuou por 17 anos no Citibank, onde ocupou os cargos de diretor da área de Financiamentos Corporativos e Leasing. Ingressou no grupo CSU em 1998 como membro do Conselho de Administração. Atualmente é Diretor de Relações com Investidores da Companhia e responsável na Companhia pelo cumprimento da Política de Combate à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo (PLD-FT), nos termos da Circular Bacen nº 3.978/2020. Ricardo José Ribeiro Leite é irmão de Marcos Ribeiro Leite. Não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301/99.

12.7/8 – Composição dos comitês

A Companhia deve instalar seu Comitê de Auditoria até a data da Assembleia Geral Ordinária de 2022.

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco até o 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

	Administrador do emissor ou controlada	Pessoa relacionada
Nome	Marcos Ribeiro Leite	Ricardo José Ribeiro Leite
Cargo	Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente, além de controlador indireto e administrador de sociedade controladora direta do emissor	Diretor de Relações com Investidores, além de administrador de sociedade controladora indireta do emissor
CPF	038.755.268-56	940.246.858-72
Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CSU CardSystem S.A.	
CNPJ	01.896.779/0001-38	
Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada	Irmão (1º grau por consanguinidade)	

12.10 – Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Exercício Social 31/12/2020	Administrador do emissor ou controlada	Pessoa relacionada
Nome	Marcos Ribeiro Leite	Greenville Delaware LLC
Cargo	Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente	O administrador é controlador indireto da sociedade sem desempenhar função executiva.
CPF / CNPJ	038.755.268-56	23.516.753/0001-50
Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Controle	
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Direto	
Observação	-	

Exercício Social 31/12/2019	Administrador do emissor ou controlada	Pessoa relacionada
Nome	Marcos Ribeiro Leite	Greenville Delaware LLC
Cargo	Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente	O administrador é controlador indireto da sociedade sem desempenhar função executiva.
CPF / CNPJ	038.755.268-56	23.516.753/0001-50
Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Controle	
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Direto	
Observação	-	

Exercício Social 31/12/2018	Administrador do emissor ou controlada	Pessoa relacionada
Nome	Marcos Ribeiro Leite	Greenville Delaware LLC
Cargo	Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente	O administrador é controlador indireto da sociedade sem desempenhar função executiva.
CPF / CNPJ	038.755.268-56	23.516.753/0001-50
Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Controle	
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Direto	
Observação	-	

ANEXO IV – Item 13 do Formulário de Referência

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

- a) **objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:**

Temos como objetivo estabelecer normas e procedimentos para as movimentações salariais da Companhia, visando um adequado programa de administração de salários que permita criar padrões de remuneração a todos os colaboradores, compatíveis com as atribuições e responsabilidades dos cargos e consistentes com as condições do mercado de trabalho. Apesar de haver normal e procedimentos, não há política de remuneração formalmente aprovada e divulgada.

- b) **composição da remuneração, indicando:**

i. *descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles*

Trabalhamos atualmente com dois elementos da remuneração:

- Remuneração fixa; e
- Remuneração variável.

Estes elementos estão distribuídos de diferentes formas para cada órgão, conforme segue:

Conselho de Administração: A remuneração do Conselho de Administração é fixa, cujo pagamento é realizado de forma mensal, sendo estabelecida de acordo com o padrão de mercado, através de pesquisas e verificação junto a empresas com o ramo de atuação similar ao da Companhia.

Conselho Fiscal: A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Diretores Estatutários e não Estatutários: A política de remuneração de seus membros é estabelecida de acordo com o padrão e práticas do mercado, procurando estabelecer formas de remuneração fixas e variáveis, que estimulem um diferencial competitivo de desempenho e retenção dos Diretores.

ii. *qual a proporção de cada elemento na remuneração total*

2021

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável
Conselheiro de Administração	100%	0%
Conselheiro Fiscal	100%	0%
Diretor Estatutário e Não Estatutário	65%	35%

iii. *metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração*

O Limite Global de Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária é definido anualmente, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária para vigência no exercício. A Remuneração do Conselho Fiscal não está incluída no Limite Global.

As remunerações são reajustadas anualmente, no mês de setembro, com base nos parâmetros de índices de mercado (INPC) para Conselho de Administração e Diretores Estatutários e, para os Diretores não Estatutários de acordo com a aplicação de Acordo ou Convenção Coletiva.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Visando garantir uma remuneração competitiva e alinhada às práticas do mercado, considerando empresas inseridas em nosso ramo de atuação, a Companhia adota um modelo de composição da remuneração que concentra uma parcela entre 70% e 90% para remuneração fixa e uma remuneração variável com representatividade entre 10% e 30%.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Para a remuneração fixa: é sempre considerado o parâmetro de mercado, considerando empresas inseridas em nosso ramo de atuação.

Para a remuneração variável: são estabelecidas metas individuais específicas para cada unidade de negócios, função e nível de responsabilidade na Companhia, podendo ser estas metas estratégicas e/ou metas de volume de vendas e/ou EBITDA e/ou Lucro Bruto e/ou Lucro Líquido da Companhia.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

São definidas metas condizentes com o Planejamento Estratégico da companhia, sendo atribuído peso e proporção específica para a determinação e apuração da distribuição da remuneração variável.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

Curto Prazo: Remuneração fixa com base nos parâmetros atualizados de mercado, de forma a atrair profissionais qualificados para atender as expectativas de desempenho requeridas pela Companhia, no exercício da função.

Médio Prazo: Bonificação com base nos resultados em termos de lucratividade da Companhia e do cumprimento de metas individuais estabelecidas anualmente, conforme destacado no item “c” acima.

Longo Prazo: Possibilidade de indexação, denominada “Bônus – Parte Diferida”, de uma parte do valor da remuneração variável de médio prazo, e Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos:

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos da Companhia.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário do emissor, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário do emissor, tal como alienação do controle societário da Companhia.

h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração e demais benefícios dos integrantes dos órgãos de Administração, inclusive do Conselho de Administração, é fixada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária - AGO, observadas as prescrições legais.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é definida com base no Art. 152 da Lei 6.404/76

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A remuneração e demais benefícios dos integrantes dos órgãos de Administração, inclusive do Conselho de Administração, é fixada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária - AGO, observadas as prescrições legais.

Não há participação do Conselho de Administração na aprovação da remuneração da diretoria não estatutária.

13.2. Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Exercício Social 2022 (proposta)	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	5,00	3,00	5,00	13,00
Número de membros remunerados	5,00	3,00	5,00	13,00
Remuneração fixa anual	935.000	452.000	7.629.000	9.016.000
Salário ou pró-labore	815.000	392.000	7.212.000	8.419.000
Benefícios diretos ou indiretos	-	-	417.000	417.000
Remuneração por participação em Comitês	120.000	60.000	-	180.000
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável	-	-	6.597.000	6.597.000
Bônus	-	-	2.154.000	2.154.000
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em Reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	4.443.000	4.443.000
Benefícios pós emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	534.000	534.000
Total	935.000	452.000	14.760.000	16.147.000

Exercício Social 2021	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	5,00	3,00	4,17	12,17
Número de membros remunerados	5,00	3,00	4,17	12,17
Remuneração fixa anual	743.232	367.104	5.718.989	6.829.325
Salário ou pró-labore	743.232	367.104	5.396.252	6.506.588
Benefícios diretos ou indiretos	-	-	322.737	322.737
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável	-	-	5.312.068	5.312.068
Bônus	-	-	1.360.000	1.360.000
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em Reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	3.952.068	3.952.068
Benefícios pós emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	382.045	382.045
Total	743.232	367.104	11.413.102	12.523.438

Exercício Social 2020	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	5,00	3,00	3,00	11,00
Número de membros remunerados	5,00	3,00	3,00	11,00
Remuneração fixa anual	659.016	329.760	4.250.552	5.239.328
Salário ou pró-labore	659.016	329.760	4.041.958	5.030.734
Benefícios diretos ou indiretos	-	-	208.594	208.594
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável	-	-	1.868.646	1.868.646
Bônus	-	-	964.000	964.000
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em Reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	904.646	904.646
Benefícios pós emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	113.332	113.332
Remuneração baseada em ações	-	-	301.576	301.576
Total	659.016	329.760	6.534.106	7.522.882

Exercício Social 2019	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	5,00	3,00	3,00	11,00
Número de membros remunerados	5,00	3,00	3,00	11,00
Remuneração fixa anual	693.500	357.033	4.726.666	5.777.199
Salário ou pró-labore	693.500	357.033	4.523.070	5.573.603
Benefícios diretos ou indiretos	-	-	203.596	203.596
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável	-	-	1.583.356	1.583.356
Bônus	-	-	717.500	717.500
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em Reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	865.856	865.856
Benefícios pós emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	449.690	449.690
Remuneração baseada em ações	-	-	195.747	195.747
Total	693.500	357.033	6.955.459	8.005.992

Observação: O número de membros de cada órgão corresponde ao valor médio anual de membros apurados mensalmente. O item "Outros" (2019 a 2021) refere-se a Remuneração Variável a ser percebida mensalmente pelos executivos por atingimento dos objetivos estipulados, sendo supervisionado pelo Conselho de Administração.

13.3. Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Exercício Social 2022 (proposta)	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	5,00	3,00	5,00	13,00
Número de membros remunerados	5,00	3,00	5,00	13,00
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração			2.153.903	2.153.903
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração			2.153.903	2.153.903
Valor Previsto no Plano de Remuneração - Metas Atingidas				
Valor Efetivamente Reconhecido				
Participação nos resultados				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração				
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração				
Valor Previsto no Plano de Remuneração - Metas Atingidas				
Valor Efetivamente Reconhecido				

Exercício Social 2021	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	5,00	3,00	4,17	12,17
Número de membros remunerados	5,00	3,00	4,17	12,17
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	1.360.000	1.360.000
Valor Previsto no Plano de Remuneração - Metas Atingidas	-	-	1.360.000	1.360.000
Valor Efetivamente Reconhecido	-	-	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor Previsto no Plano de Remuneração - Metas Atingidas	-	-	-	-
Valor Efetivamente Reconhecido	-	-	N/A	N/A

Exercício Social 2020	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	5,00	3,00	3,00	11,00
Número de membros remunerados	5,00	3,00	3,00	11,00
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	1.019.120	1.019.120
Valor Previsto no Plano de Remuneração - Metas Atingidas	-	-	1.019.120	1.019.120
Valor Efetivamente Reconhecido	-	-	964.000	964.000
Participação nos resultados				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor Previsto no Plano de Remuneração - Metas Atingidas	-	-	-	-
Valor Efetivamente Reconhecido	-	-	-	-

Exercício Social 2019	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	5,00	3,00	3,00	11,00
Número de membros remunerados	5,00	3,00	3,00	11,00
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	935.572	935.572
Valor Previsto no Plano de Remuneração - Metas Atingidas	-	-	935.572	935.572
Valor Efetivamente Reconhecido	-	-	717.500	717.500
Participação nos resultados				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor Previsto no Plano de Remuneração - Metas Atingidas	-	-	-	-
Valor Efetivamente Reconhecido	-	-	-	-

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A condição de remuneração baseada em ações para a Diretoria Estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente se configura como Bônus Anual, podendo ser parte deste, como “Bônus – Parcela Diferida”.

Para continuidade de uma Remuneração de Longo Prazo, a Companhia implementou o “Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações”, o qual possui vigência até a transferência efetiva do montante total de 553.208 ações disponíveis em Tesouraria na data de aprovação do Plano.

a) termos e condições gerais:

<i>Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações:</i>	<i>Bônus – Parcela Diferida:</i>
<p>O Plano consiste na outorga não onerosa de ações ordinárias da Companhia, aos seus administradores e seus empregados ocupantes de posições relevantes que possam contribuir para o atingimento estratégico da Companhia.</p> <p>Caberá ao Conselho de Administração e aos Diretores definir quais os colaboradores elegíveis que terão direito às Ações, assim como a quantidade de Ações a que cada beneficiário terá direito.</p> <p>O colaborador elegível, quando empregado, deve ser formalmente indicado e aprovado pelos Diretores e quando administrador deve ser aprovado pelo Conselho de Administração.</p> <p>A outorga de Ações é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a Companhia e os Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelos Conselhos de Administração: (a) a quantidade de Ações objeto da Outorga; e (b) os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às Ações.</p> <p>O Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às Ações a determinadas condições, bem como impor restrições à sua transferência.</p> <p>Nenhuma disposição do Plano conferirá a qualquer beneficiário, o direito de permanecer como</p>	<p>O Plano consiste na distribuição de Bônus aos seus Administradores e seus empregados ocupantes de posições relevantes, mediante atingimento de resultado da Companhia.</p>

<p>administrador ou empregado da Companhia, nem interferirá, de qualquer modo, no direito da Companhia, a qualquer tempo e sujeito às condições Legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho do empregado ou interromper o mandato do administrador.</p>	
--	--

b) principais objetivos do plano:

Estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e dos interesses de seus acionistas, permitindo aos empregados ocupantes de posições relevantes adquirir ações da Companhia, incentivando desta forma a integração e alinhamento dos interesses de médio e longo prazo destes empregados ocupantes de posições relevantes com os interesses e objetivos da Companhia e de seus Acionistas.

c) forma como o plano contribui para esses objetivos:

O plano possibilita à Companhia ampliar a atratividade, incentivar o comprometimento com a criação de valor, maximizar os lucros e estimular a permanência dos empregados ocupantes de posições relevantes, oferecendo aos mesmos, como vantagem adicional, tornarem-se acionistas da Companhia e conquistando benefícios consistentes com a valorização da Companhia.

d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor:

O plano é um dos componentes da remuneração variável descrito no item 13.1, potencializando o diferencial competitivo de retenção.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo:

O Plano foi todo constituído com a finalidade de alinhar os interesses da Companhia e seus acionistas com o dos executivos.

Curto Prazo: comprometimento dos empregados ocupantes de posições relevantes com o cumprimento de suas metas individuais, departamentais e estratégicas da Companhia.

Médio Prazo: cumprimento das metas individuais, departamentais e estratégicas da Companhia, resultando positivamente no atingimento do EBITDA, Lucro Bruto e Lucro Líquido da Companhia.

Longo Prazo: retenção do empregado ocupante de posições relevantes, buscando positivos resultados econômico-financeiros que se traduzam em valorização das ações para Companhia e Beneficiários.

f) número máximo de ações abrangidas:

<i>Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações:</i>	<i>Bônus – Parcela Diferida:</i>
O número máximo de Ações que poderá ser outorgado de acordo com o Plano estará limitado a 553.208 ações, disponíveis em Tesouraria na data de aprovação do Plano.	O número máximo de ações varia de acordo com o valor da ação da Companhia na Bolsa de Valores de São Paulo – BM&FBOVESPA, na data da concessão e com a bonificação atribuída a seus administradores e seus empregados ocupantes de posições relevantes.

g) número máximo de ações a serem outorgadas:

<i>Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações:</i>	<i>Bônus – Parcela Diferida:</i>

<p>O número máximo de Ações que poderá ser outorgado de acordo com esse Plano estará limitado a 553.208 ações, disponíveis em Tesouraria na data de aprovação do Plano.</p> <p>Caberá ao Conselho de Administração e aos Diretores definir quais os colaboradores elegíveis que terão direito as Ações, assim como a quantidade de Ações a que cada beneficiário terá direito.</p>	<p>O número máximo de ações varia de acordo com o valor da ação da Companhia na Bolsa de Valores de São Paulo – BM&FBOVESPA, na data da concessão e com a bonificação atribuída a seus administradores e seus empregados ocupantes de posições relevantes.</p>
--	--

h) condição de aquisição de ações:

<i>Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações:</i>	<i>Bônus – Parcela Diferida:</i>
<p>Os Beneficiários apenas terão o pleno direito sobre as ações ordinárias da Companhia, desde que atendidos todos os termos e condições previstos no Plano.</p> <p>Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Contratos de Outorga, os direitos dos Beneficiários em relação às Ações somente serão plenamente satisfeitos, caso o Beneficiário permaneça continuamente vinculado como administrador ou empregado da Companhia, durante o período compreendido entre a Data de Outorga e a data da efetiva transferência, 24 meses ou 36 meses após a Data de Outorga, a ser estabelecido individualmente e constante do Termo de Outorga.</p> <p>Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no parágrafo acima, a Companhia transferirá para o nome do Beneficiário as respectivas Ações, em até 4 (quatro) tranches semanais, por termo de transferência de ações nominativas da Companhia no sistema do agente responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia.</p> <p>O montante dos tributos vigentes, incidentes sobre o valor da das ações a serem transferidas aos Beneficiários será descontado diretamente na folha de pagamento do Beneficiário, após sua transferência.</p> <p>A outorga das ações nos termos do Plano será cancelada automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:</p> <p>(a) mediante o distrato do Contrato de Outorga;</p> <p>(b) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou</p> <p>(c) nas hipóteses previstas no item "n" deste documento.</p>	<p>Não há previsão de aquisição de ações, apenas cálculo para valores indexados.</p>

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

<i>Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações:</i>	<i>Bônus – Parcela Diferida:</i>
<p>Com o propósito de satisfazer a outorga de Ações nos termos do plano, a Companhia, sujeito a Lei e regulamentação aplicável, transferirá Ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, conforme autorização concedida pelo Colegiado da CVM em reunião realizada em 30 de junho de 2015.</p>	<p>O valor da bonificação anual é aferido e aprovado pelo conselho de administração com base no atingimento das metas individuais, departamentais e estratégicas da Companhia, podendo este ser pago de duas formas:</p> <p>100% através de folha de pagamento;</p>

As Ações, quando efetivamente transferidas, nos termos do Plano manterão todos os direitos previstos na Lei e no Estatuto Social da Companhia.	70% deste valor pago através da folha de pagamento no ato da concessão e os 30% restantes tendo seu valor atrelado ao preço da ação da Companhia na Bolsa de Valores de São Paulo – BM&FBOVESPA, que vale como indexador de preço para a valorização deste bônus.
--	---

j) critérios para fixação do prazo de exercício:

Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações:	Bônus – Parcela Diferida:
<p>O Plano entrou em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e permanecerá vigente até a transferência efetiva do montante total de 553.208 ações.</p> <p>Para a condição do beneficiário, o prazo para efetiva transferência será estabelecido individualmente e constante no Termo de Outorga, podendo este ser de 24 meses ou 36 meses a contar da data da Outorga.</p>	<p>O prazo para pagamento da parcela a ser liquidada através de folha de pagamento é de até 45 dias a contar da data de concessão do Bônus.</p> <p>Já o prazo para pagamento da parcela indexada é de 24 a 36 meses a contar da data de concessão do Bônus.</p>

k) forma de liquidação:

Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações:	Bônus – Parcela Diferida:
A liquidação se dará quando da transferência efetiva da Ação da Companhia para o nome do beneficiário, por termos de transferência de ações nominativas da Companhia no sistema do agente responsável pela escrituração das Ações de emissão da Companhia.	O preço, ajustado na forma do item i acima, será pago, em moeda corrente nacional, nas datas previstas no item “j”.

l) restrições à transferência das ações:

Não caberá nenhum tipo de indenização ao Beneficiário, nos termos definidos no item “n” deste documento.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações:	Bônus – Parcela Diferida:
<p>Mudança do Controle Acionário:</p> <p>Na hipótese de mudança, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia deverá ser respeitado o Plano instituído.</p> <p>Fusão, Cisão, Incorporação e Transformação da Companhia – Incorporação de Ações:</p> <p>Nos casos de fusão, cisão, com ou sem extinção da pessoa cindida, incorporação ou transformação da Companhia, bem como no caso de incorporações de Ações, deverá ser respeitado o Plano já instituído.</p>	<p>Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão, liquidação ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente, ou de compra e venda de mais de 80% (oitenta por cento) das ações existentes da Companhia a qualquer outra empresa, em havendo valor indexado de Bônus a liquidar, compete a Assembleia Geral aprovar ou não a condição e prazo de liquidação.</p>

Alteração, Suspensão e Extinção do Plano:

Compete à Assembleia Geral aprovar e, portanto, alterar o Plano.

Toda e qualquer alteração do Plano, proposta pelo Conselho de Administração, deverá ser submetida à aprovação da Assembleia Geral e, uma vez aprovada, somente poderá atingir as Ações a serem Outorgadas.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações:	Bônus – Parcela Diferida:
<p>Desligamento: nas hipóteses de pedido de demissão voluntária ou demissão pela Companhia, com ou sem justa causa, renúncia, destituição, substituição ou término do mandato sem reeleição ao cargo de administrador, será o Beneficiário automaticamente desligado do Plano, não fazendo jus a qualquer retribuição.</p> <p>Aposentadoria por invalidez: nas hipóteses de o Beneficiário se aposentar por invalidez permanente, desligando-se da CSU, fará jus à transferência do montante de ações outorgadas, calculado pro rata de acordo com os meses transcorridos entre a Data de Outorga e a data de desligamento da CSU.</p> <p>Afastamento: caso o Beneficiário se afaste da Companhia, seja por licença maternidade, licença em razão do gozo do benefício previdenciário por incapacidade por motivo de doença ou qualquer outro tipo de afastamento previdenciário, o beneficiário continuará vinculado ao Plano, sendo que as datas estabelecidas para transferência efetiva da ação serão prorrogadas pelo período de afastamento.</p> <p>Falecimento: na hipótese de Desligamento por falecimento do Beneficiário, a transferência das ações ainda não realizada, poderá ser plenamente satisfeita após o falecimento do Beneficiário, mediante a apresentação perante a Companhia da documentação hábil do arrolamento ou inventário do Beneficiário, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do falecimento do Beneficiário. No caso de inventário, o prazo será contado a partir da nomeação do inventariante pelo juízo, desde que o inventário tenha sido aberto em até 6 (seis) meses.</p>	<p>O colaborador deve estar ativo na respectiva data de Pagamento.</p>

13.5. Remuneração baseada em ações

A Companhia não possui Plano de Opções em aberto. Há em aberto apenas entrega de ações após cumprimento do prazo de carência, seguindo as regras e critérios do “Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações” descrito no item 13.4. As ações que a Companhia possui em Tesouraria serão utilizadas para esse objetivo.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária			
Outorga de ações					
Data de outorga	-	30/06/2018	03/07/2019	26/08/2020	05/05/2021
Quantidade de ações outorgadas	-	55.032	48.122	15.120	17.425
Prazo para que as ações se tornem exercíveis	-	36 meses	36 meses	36 meses	36 meses
Prazo máximo para exercício das ações	-	-	-	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-	-	-
Valor justo das ações na data da outorga	-	6,4	6,93	16,76	24,45

13.6. Opções em aberto

A Companhia não possui Plano de Opções em aberto. Há em aberto apenas entrega de ações após cumprimento do prazo de carência, seguindo as regras e critérios do “Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações” descrito no item 13.4 e com os valores constantes no item 13.5. As ações que a Companhia possui em Tesouraria serão utilizadas para esse objetivo.

13.7. Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável, pois a Companhia não remunerou, nos últimos 03 (três) exercícios sociais, seus administradores com base em ações.

13.8. Precificação das ações/opções

- a) modelo de precificação
- b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d) forma de determinação da volatilidade esperada
- e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A Companhia não possui Plano de Opções em aberto. O Plano de Remuneração Baseado em Ações vigente prevê a outorga de ações a administradores e funcionários da Companhia. Em ambos os casos, o efetivo usufruto do direito de recebimento de ações dá-se após o cumprimento de pré-determinado período de carência.

Os modelos e premissas gerais utilizadas para precificação das ações referentes ao Plano de Opções estão abaixo explicadas:

- i. O valor justo das ações concedidas sob o Plano de Remuneração Baseado em Ações foi calculado com base no preço de mercado da ação na data de outorga das ações seguindo a determinação do Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações.
- ii. Tendo em vista as premissas para definição do valor de ações concedidas sob o respectivo plano e os critérios para definição do preço de exercício, as ações outorgadas até o momento sob o Plano de Remuneração Baseada em Ações serão transferidas aos beneficiários, cumpridas as condições estabelecidas em cada programa, a título gratuito, e por isso têm seu preço de exercício fixado em R\$ 0,00.
- iii. As ações concedidas sob o Plano de Remuneração Baseado em Ações serão transferidas aos beneficiários que permaneçam na Companhia em 3 (três) anos, a contar da data de outorga das ações. Por serem transferidas a título gratuito, coincide a data de transferência, a saber, 29 de junho de 2021 para as ações

concedidas em 30 de junho de 2018 e 10 de julho de 2022 para as ações concedidas em 03 de julho de 2019, com o fim da vida das ações enquanto objeto do plano.

13.9. Participações detidas por órgão

Em 31/12/2021

Referências	Quantidade	% do Total
Conselho de Administração	22.629.708	54,14%
Conselho Fiscal	-	0,00%
Diretoria Estatutária	20.346	0,05%
Total de Ações	41.800.000	100,00%

*Os valores mobiliários detidos pelo Órgão "Diretoria Estatutária" foram considerados no Órgão "Conselho de Administração" quando houve acúmulo de funções.

13.10. Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

- órgão
- número de membros
- número de membros remunerados
- nome do plano
- quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- condições para se aposentar antecipadamente
- valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não há Plano de Previdência na Companhia.

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Exercício Social 2021	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Número de membros	5,00	3,00	4,17
Número de membros remunerados	5,00	3,00	4,17
Valor da maior remuneração individual / ano	240.654	122.368	8.506.306
Valor da menor remuneração individual / ano	53.748	122.368	163.114
Valor médio da remuneração individual / ano	163.924	122.368	2.736.955

Exercício Social 2020	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Número de membros	5,00	3,00	3,00
Número de membros remunerados	5,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração individual / ano	194.519	109.920	4.960.944,35
Valor da menor remuneração individual / ano	43.494	109.920	152.706,660
Valor médio da remuneração individual / ano	131.803	109.920	2.140.258

Exercício Social 2019	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Número de membros	5,00	3,00	3,00
Número de membros remunerados	5,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração individual / ano	204.728	119.425	5.042.853
Valor da menor remuneração individual / ano	45.056	118.804	593.312
Valor médio da remuneração individual / ano	138.700	119.011	2.318.486

Obs.: O valor médio de remuneração individual é calculado com o total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados.

13.12. Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A Companhia dispõe de seguro de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e Executivos - D&O (Directors & Officers), cujo objeto é o pagamento e/ou reembolso, a título de indenização securitária, das perdas indenizáveis devidas diretamente pelo segurado, ou pelo tomador, sua controlada e/ou subsidiária, quando este antecipar o valor da indenização a que o segurado seja obrigado a pagar, contanto que decorrentes de um fato gerador que origine uma reclamação coberta. A apólice, emitida junto à Austral Seguradora S.A., apresenta o limite máximo de garantia de R\$ 100,0 milhões, com prêmio líquido de R\$ 90,2 mil. A vigência do seguro tem início em 03/01/2022 e término em 03/01/2023. A cobertura retroativa é ilimitada para fatos desconhecidos pelo tomador anteriores ao início da vigência da apólice.

Não existe política específica no que se refere à remuneração e/ou indenizações para administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13. Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Órgão	2020	2019	2018
Conselho de Administração	6,6%	6,5%	6,3%
Conselho Fiscal	0,0%	0,0%	0,0%
Diretoria Estatutária	78,5%	76,3%	69,0%

13.14. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não há.

13.15. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável.

13.16. Outras informações relevantes

Complemento ao 13.2: Na AGE de 17/11/2021, foi retificada a remuneração anual global dos Administradores da Companhia para o exercício 2021, cuja diferença em relação aos valores aprovados na AGO de 13/04/2021 deveu-se a: (i) eleição de 2 novos diretores estatutários, totalizando 5 a partir de junho/2021; (ii) correção das remunerações de acordo com o índice de inflação do período, medido pelo INPC, de 10,4%; e (iii) adequação da remuneração variável da Diretoria Estatutária, de acordo com práticas de mercado.

Complemento ao 13.3: Os valores referentes aos 3 últimos exercícios sociais foram retificados de forma a refletir corretamente as informações prestadas no item 13.2.

Complemento ao 13.11:

Exercício Social 2022 (Proposta)	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Número de membros	5,00	3,00	5,00
Número de membros remunerados	5,00	3,00	5,00
Valor da maior remuneração individual / ano	240.248	130.584	9.582.473
Valor da menor remuneração individual / ano	53.658	130.584	181.633
Valor médio da remuneração individual / ano	162.649	130.584	2.951.856